



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública - PGAP

Mestrado Profissional em Administração Pública - MPA

FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

Jéssica Cristina Pereira Santos

Brasília, DF

2025

FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

Jéssica Cristina Pereira Santos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Junior

Brasília, DF

2025

Jéssica Cristina Pereira Santos

**Framework de Monitoramento das Políticas de Assistência Estudantil em Institutos
Federais**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 21 / 02 / 2025

Comissão Examinadora:

Professor Doutor Arnaldo Mauerberg Junior - Orientador
MPA/UnB

Professor Doutor João Mendes da Rocha Neto - Examinador Interno
MPA/UnB

Professor Doutor Váldezon Amaro Lima - Examinador Externo
PROFNIT/IFRO

Professora Doutora Marina Figueiredo Moreira - Examinadora Suplente
PPGA/UnB

À minha querida mãe, minha maior incentivadora, que nunca mediu esforços para me oferecer o melhor...Essa conquista é para você!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que com sua infinita bondade e misericórdia me guiou nessa jornada, cuidando de cada detalhe e me dando força e sabedoria para superar os desafios.

Ao meu parceiro de vida, Francisco Neto, pelo apoio incondicional nessa trajetória. Obrigada pela paciência, carinho e compreensão...Por estar sempre pronto a me ouvir e me ajudar, e pelos incentivos para eu não desistir nos momentos de desespero...Eu não teria conseguido sem você.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Arnaldo, pelas orientações precisas e pela condução objetiva, que foram fundamentais para eu alcançar êxito.

Aos queridos colegas e amigos da Turma MEC, pelo companheirismo e cumplicidade nos momentos de luta e de glória. A caminhada foi mais leve e valeu ainda mais a pena porque vocês estavam lá! Um agradecimento muito especial ao amigo Renato Wilson, que sempre muito sensato e prestativo me ajudou durante a pesquisa e não soltou as minhas mãos até o último segundo antes de entregar a dissertação. Às amigas Tatiane Ewerton e Jéssica Trigo, por todo o apoio, parceria, incentivo e inspiração...Formamos um trio sensacional e eu posso provar.

Aos docentes do MPA/UnB, pelos conhecimentos e experiências compartilhados e por contribuírem para o meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

“Um dos maiores erros é julgar os programas e as políticas públicas pelas intenções e não pelos resultados.”

(Milton Friedman)

RESUMO

Os Institutos Federais (IFs) concentram um perfil majoritário de estudantes entre 15 e 29 anos, autodeclarados pardos e com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Nesse contexto, a assistência estudantil emerge como uma política pública indispensável para a promoção da equidade educacional e transformação social, indo além do auxílio financeiro para abarcar dimensões como saúde, cultura e bem-estar. Contudo, a ausência de rotinas padronizadas de monitoramento nos normativos vigentes dificulta a avaliação dos impactos das ações de assistência estudantil, como evidenciado por órgãos de controle. Assim, este estudo buscou responder à questão de como essas políticas podem ser monitoradas nos IFs para aprimorar sua efetividade. O objetivo foi analisar a realidade atual do monitoramento nessas instituições, com foco em identificar ferramentas, lacunas e boas práticas capazes de contribuir para a proposição de um framework. Por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com entrevistas em cinco IFs representativos das regiões brasileiras e pesquisa documental, foram aplicadas técnicas de análise de conteúdo e de documentos, além da triangulação por complementaridade para observar o fenômeno sob diferentes ângulos. Os resultados indicaram a inexistência de um sistema estruturado de monitoramento, com práticas voltadas mais para atender a demandas de auditoria do que para avaliar impactos. Fatores como falta de pessoal capacitado, sistemas de gestão ineficientes e ausência de critérios claros para indicadores foram apontados como desafios centrais. Apesar disso, os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) apresentam indicadores promissores para aplicação na assistência estudantil. Como produto técnico-tecnológico, foi desenvolvido um framework que propõe etapas estruturadas para implantar um sistema de monitoramento nacional, promovendo transparência, eficiência e resultados alinhados à nova Política de assistência estudantil, fortalecendo a equidade e a permanência dos estudantes na educação pública federal.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Monitoramento; Assistência Estudantil; Institutos Federais; PNAES.

ABSTRACT

The Federal Institutes (IFs) concentrate a majority of students between the ages of 15 and 29, who self-declare as brown and have a per capita family income of up to one and a half minimum wages. In this context, student assistance emerges as an indispensable public policy for the promotion of educational equity and social transformation, going beyond financial aid to encompass dimensions such as health, culture and well-being. However, the lack of standardized monitoring routines in the current regulations makes it difficult to assess the impacts of student assistance actions, as evidenced by oversight bodies. Thus, this study sought to answer the question of how these policies can be monitored in IFs to improve their effectiveness. The objective was to analyze the current reality of monitoring in these institutions, focusing on identifying tools, gaps and good practices capable of contributing to the proposal of a framework. Through qualitative, descriptive and exploratory research, with interviews in five representative IFs of Brazilian regions and documentary research, content and document analysis techniques were applied, in addition to triangulation by complementarity to observe the phenomenon from different angles. The results indicated the lack of a structured monitoring system, with practices aimed more at meeting audit demands than at assessing impacts. Factors such as lack of trained personnel, inefficient management systems and absence of clear criteria for indicators were pointed out as central challenges. Despite this, the Institutional Development Plans (PDIs) present promising indicators for application in student assistance. As a technical-technological product, a framework was developed that proposes structured steps to implement a national monitoring system, promoting transparency, efficiency and results aligned with the new Student Assistance Policy, strengthening equity and student retention in federal public education.

Keywords: Public Policies; Monitoring; Student Assistance; Federal Institutes; PNAES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas.....	20
Figura 2 - Demanda de Indicadores e de Pesquisas de Avaliação Segundo Estágios do Programa no Ciclo.....	21
Figura 3 - Monitoramento como Acompanhamento Sistemático dos Processos-chave, Produtos e Efeitos de Programas.....	24
Figura 4 - Categorias de Análise.....	36
Figura 5 - Nuvem de Palavras Relacionadas à Formação Integral dos Estudantes.....	38
Figura 6 - Mapa de Processos e Resultados do PNAES.....	40
Figura 7 - Indicadores-chave de Resultados.....	44
Figura 8 - Estrutura Conceitual de Monitoramento da Assistência Estudantil.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades Selecionadas para o Estudo, a Partir da Amostragem por Critério ... Erro! Indicador não definido.	
Tabela 2 - Corpus de Pesquisa.....	33
Tabela 3 - Etapas da Pesquisa.....	34
Tabela 4 - Auxílios Financeiros Praticados pelas Instituições	36
Tabela 5 - Unidades de Registro e de Contexto – Categoria Monitoramento e Avaliação.....	42
Tabela 6 - Sugestões para o Aprimoramento da Assistência Estudantil nos IFs.....	46
Tabela 7 - Indicadores-chave Finais para o Monitoramento	54
Tabela 8 - Indicadores-chave Intermediários para o Monitoramento.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Problema de Pesquisa e Motivação	15
1.3 Objetivos Geral e Específicos.....	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	16
1.4 Potencial Inovador e de Impacto da Dissertação.....	16
1.5 Descrição do Produto Técnico-Tecnológico	17
2 ARTIGO CIENTÍFICO – MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL	18
2.1 Introdução.....	18
2.2 Quadro Teórico-Conceitual	19
2.2.1 Políticas e Programas Públicos e o Policy Cycle	19
2.2.2 Monitoramento de Políticas e Programas Públicos.....	22
2.2.2.1 Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A).....	23
2.2.2.2 Desafios para o Monitoramento de Programas Públicos.....	26
2.2.3 Do Programa à Política Nacional de Assistência Estudantil: a realidade da assistência estudantil em Institutos Federais	27
2.3 Métodos e Técnicas	30
2.4 Resultados e Discussão.....	36
2.5 Conclusões e Recomendações.....	47
3 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO – FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS.....	49
3.1 Introdução.....	49
3.2 Descrição Geral do Framework de Monitoramento das Políticas de Assistência Estudantil em Institutos Federais.....	50
3.2.1 Introdução.....	50
3.2.2 Fase I – Planejamento.....	52
3.2.2.1 Comece pelo Porquê.....	52
3.2.2.2 Definição do Objeto de Monitoramento.....	53
3.2.3 Fase II – Definição de Indicadores-chave	54
3.2.4 Fase III – Elaboração de Painéis de Indicadores	57
3.2.5 Fase IV – Definição de Fontes de Informação para o Acompanhamento Regular do Programa.....	58
3.2.6 Fase V – Definição de Estratégias de Análise e Disseminação das Informações ...	59
3.2.7 Plano de Implantação do PTT	60
3.2.7.1 Apresentação e Formação de Grupo de Trabalho (GT)	61
3.2.7.2 Projeto-piloto para Validação Prática.....	61
3.2.7.3 Revisão e Submissão ao CONIF e Fóruns	61
3.2.7.4 Institucionalização e Divulgação.....	61
3.2.7.5 Capacitação e Fortalecimento do Capital Humano	61
3.2.7.6 Implantação da Cultura do Monitoramento e Revisões Periódicas.....	61
3.2.7.7 Pontos de Atenção	62
3.3 Base Teórica Utilizada.....	62
3.4 Relevância do Produto.....	64

3.4.1 Complexidade e Aderência.....	64
3.4.2 Potencial Inovador.....	64
3.4.3 Aplicabilidade.....	65
3.4.4 Impacto Potencial	65
3.5 Documentos Comprobatórios e Evidências.....	66
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	83
APÊNDICE B – FICHAS DOS INDICADORES SISTEMATIZADOS	85

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Na busca por uma educação cidadã, centrada no ser humano, que marcou o início do século XXI, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) emergiram como uma nova configuração institucional, com alcance nacional, promovendo uma política educacional inovadora que articula a educação básica à profissional e ambas ao ensino superior, atendendo às necessidades de emprego e renda e focando no desenvolvimento sustentável das regiões em que atuam (Bonafina & Otranto, 2022). A missão dos IFs inclui a promoção de ensino gratuito e de qualidade, além do fortalecimento de territórios por meio de ensino, pesquisa e extensão (Macedo, 2017).

Os dados mais atuais disponíveis apontam que, em 2023, os IFs atenderam a quase 1,6 milhões de alunos, desde cursos de qualificação profissional até pós-graduações *stricto sensu* (Ministério da Educação [PNP], 2024). Esse público é caracterizado por sua diversidade: 49,5% dos alunos se autodeclararam pretos, pardos, indígenas ou amarelos, 55,3% eram mulheres, 61,5% possuíam entre 15 e 29 anos e 51,5% pertenciam a famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo (PNP, 2024). Em comparação com estudantes de escolas privadas, constatou-se que os alunos dos IFs apresentam menor índice socioeconômico e maior diversidade étnico-racial (Nascimento et al., 2020).

Essa diversidade socioeconômica e étnico-racial evidencia a importância de políticas educacionais inclusivas e reforça desafios enfrentados pelos IFs. A taxa de evasão é um deles, que em sua aferição anual alcançou 16,67% em 2023, indicando que mais de 250 mil alunos abandonaram os estudos nos diversos níveis e modalidades de ensino (PNP, 2024). Esse dado reflete um problema nacional, em que cerca de 9 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não concluíram o ensino médio, quer seja por evasão escolar ou por nunca terem frequentado a escola, sendo a necessidade de trabalhar o principal motivo para essa situação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024).

As políticas públicas têm um papel fundamental na transformação social, contribuindo para mitigar vulnerabilidades socioeconômicas e promover mudanças significativas na economia e na sociedade por meio de ações empreendidas pelo Estado (Peters, 2021). A democratização do ensino superior, em especial a partir de 2002, impulsionou a criação de políticas educacionais voltadas para apoiar a entrada e permanência de estudantes em situação

de vulnerabilidade, destacando a assistência estudantil como uma ferramenta essencial para esses alunos (Dutra & Santos, 2017; Scher & Oliveira, 2020).

A Lei n. 12.711 (2012), conhecida como Lei de Cotas, é um exemplo marcante de política afirmativa destinada a promover o acesso de grupos historicamente excluídos, como egressos da rede pública e famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, o que conseqüentemente amplia a demanda por assistência estudantil, tornando-a ainda mais essencial para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes (Dutra & Santos, 2017).

Para combater desigualdades sociais e regionais e democratizar a permanência no ensino superior público federal, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo Decreto n. 7.234 (2010), com ações executadas por instituições federais de educação superior, incluindo os IFs. A Política Nacional de Assistência Estudantil foi criada pela Lei n. 14.914 (2024), ampliando seu escopo para incluir a educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Com essa legislação, o Programa de Assistência Estudantil (PAE) foi incorporado à Política, e sua implementação nos novos moldes deve iniciar a partir de 2025.

Após a implementação da Lei de Cotas, observou-se que estudantes com renda familiar *per capita* (RFP) de até 1,5 salário-mínimo passaram a representar cerca de 75% dos matriculados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), da qual os IFs fazem parte. Esse perfil socioeconômico reforça que tais estudantes são o público prioritário da assistência estudantil, o que, por sua vez, exige maior investimento orçamentário para atender a essa demanda crescente (Daros, 2023).

No entanto, o orçamento destinado ao PNAES não tem acompanhado o aumento das matrículas, resultando em um subfinanciamento dessas ações (Prada & Surdine, 2018; Tribunal de Contas da União [TCU], 2024). “Eis o paradoxo: à medida que se amplia o acesso a segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, limita-se o aporte orçamentário às ações de assistência estudantil”, reflete Daros (2023, p. 12).

Nesse cenário, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas emergem como ferramentas essenciais para assegurar o uso eficiente dos recursos e a efetividade das ações, além de promover a transparência e a *accountability* (Ceneviva & Farah, 2012). Para Worthen et al. (2004), a avaliação eficaz pode gerar melhorias significativas que não seriam alcançadas de outra forma, contribuindo para fortalecer o impacto das políticas públicas.

1.2 Problema de Pesquisa e Motivação

Apesar de os normativos, como a Lei n. 14.914 (2024), atribuírem às instituições federais de ensino a responsabilidade de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da assistência estudantil, a ausência de diretrizes específicas tem gerado abordagens fragmentadas e despadronizadas. A nova lei prevê um Sistema Nacional de Informações e Controle como possível avanço, ainda pendente de regulamentação. Ainda assim, a falta de orientação clara pode refletir preocupações com a autonomia institucional ou baixa prioridade à implementação desses mecanismos, o que perpetua a percepção de ineficiência na administração pública devido à falta de informações consolidadas sobre a eficácia das ações (Souza & Costa, 2020).

Com isso, destaca-se um problema central nas ações e programas de assistência estudantil: a escassez de instrumentos avaliativos abrangentes, amplamente difundidos e holísticos, além de uma carência de abordagens teórico-metodológicas múltiplas, uma vez que estudos recentes apontam que a avaliação da implementação do PNAES permanece limitada e fragmentada, frequentemente restrita à realidade de uma única instituição (Lima & Mendes, 2020).

Embora as instituições realizem monitoramento quantitativo local, com foco no orçamento e no número de estudantes beneficiados, falta uma padronização para a avaliação do Programa, mesmo com sua implementação universal nos IFs (Lima, 2023). Imperatori (2017) também ressalta a ausência de dados abrangentes sobre as ações de apoio estudantil, destacando que as informações disponíveis são fragmentadas e limitadas a estudos locais, sem cobertura regional ou nacional.

Diante disso, este estudo busca contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento das ações e programas de assistência estudantil nos IFs, propondo um framework específico para essa finalidade, fundamentado na realidade das instituições analisadas. Essa proposta de pesquisa parte da perspectiva de que a qualidade da gestão, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento da *accountability* dependem de mecanismos de monitoramento robustos e bem estruturados (Ceneviva & Farah, 2012).

A partir dessas premissas, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: “Como as políticas de assistência estudantil podem ser monitoradas em Institutos Federais, de modo a fortalecer o alcance de seus objetivos?”.

1.3 Objetivos Geral e Específicos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal da pesquisa é analisar o monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, propondo melhorias que potencializem o alcance dos seus objetivos.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, os objetivos específicos incluem:

- i) Mapear os processos e resultados do PNAES em Institutos Federais, destacando os principais recursos, atividades, produtos e efeitos associados à assistência estudantil;
- ii) Identificar mecanismos e ferramentas de monitoramento das políticas de assistência estudantil utilizados por Institutos Federais, ressaltando boas práticas, lacunas e desafios;
- iii) Sistematizar indicadores-chave alinhados aos objetivos e metas do PNAES para o monitoramento eficaz da assistência estudantil em Institutos Federais;
- iv) Propor um framework de monitoramento para a assistência estudantil em Institutos Federais, voltado a contribuir com a efetividade das ações junto aos beneficiários.

1.4 Potencial Inovador e de Impacto da Dissertação

Para realização da pesquisa, foi conduzido um estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório em cinco IFs, representando as cinco regiões do país. Essa abordagem inova ao ir além de estudos centrados em uma única instituição ou análises documentais amplas. Ainda no que tange ao potencial inovador, ressalta-se a ausência de diretrizes específicas do Ministério da Educação (MEC) para orientar o monitoramento nos IFs. Inclusive, o TCU (2022) apontou que as ações de assistência estudantil carecem de indicadores sistêmicos de gestão e desempenho, indispensáveis para o acompanhamento eficaz dos principais objetivos do PNAES. Dessa forma, a proposição de um framework de monitoramento possui grande potencial inovador para a diferenciação dos processos organizacionais vinculados a atividade analisada.

Além de sua relevância prática, ao oferecer ferramentas para aprimorar a gestão da assistência estudantil nos IFs e no MEC, o estudo contribui teoricamente para o avanço das discussões sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas, uma área com espaço para ser explorada no Brasil (Bechelaine & Ckagnazaroff, 2014; Crumpton et al., 2016),

especialmente no ambiente organizacional dos IFs. Por fim, o estudo responde às lacunas indicadas por Fava et al. (2022), abordando a condução da assistência estudantil nos IFs, conhecendo seus mecanismos de monitoramento, identificando melhorias e propondo um instrumento padronizado para embasar a tomada de decisões.

1.5 Descrição do Produto Técnico-Tecnológico

Como Produto Técnico-Tecnológico (PTT), foi desenvolvido um framework para a implantação de um sistema de monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs.

Um framework pode ser definido como uma estrutura, um modelo de instruções que direciona a organização, não somente em relação aos propósitos, como em relação às ações. Esse framework proposto abrange etapas essenciais, como planejamento, definição de indicadores-chave, elaboração de painéis, identificação de fontes de informação e estratégias para análise e disseminação de dados.

Concebido para ser flexível e adaptável às diferentes especificidades e realidades dos 38 IFs, o framework foi desenvolvido a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com gestores das instituições, complementadas com uma revisão bibliográfica e documental aprofundada, conferindo-lhe assim consistência e um caráter multidimensional, alinhado a boas práticas de monitoramento.

Dentre as possibilidades de PTT disponíveis para serem apresentados como produto da dissertação, o framework de monitoramento das políticas de assistência estudantil se enquadra como um produto do Grupo 3: Processo, produto, material, tecnologia social, relatório técnico conclusivo e/ou produto bibliográfico (artigo técnico), conforme manual do Programa; constituindo-se essencialmente na documentação de um novo processo de gestão a ser proposto aos IFs visando a melhoria de sua eficiência em relação ao tema da assistência estudantil.

2 ARTIGO CIENTÍFICO – MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL

2.1 Introdução

Em um país onde mais de 50% dos estudantes matriculados nos Institutos Federais (IFs) possuem renda familiar de até 1,5 salário-mínimo, a assistência estudantil transcende o caráter de política pública, funcionando como uma ponte para transformação social (PNP, 2024). Ao abarcar dimensões que vão da saúde ao acesso à cultura, a assistência estudantil se torna essencial para proporcionar condições de permanência e equidade educacional (Brito et al., 2019).

Soares e Amaral (2022) classificam as possibilidades de atuação da assistência estudantil em dois modelos básicos: uma política seletiva, de cunho exclusivamente financeiro, que não promove educação emancipadora; e uma abordagem universal, que apoia os estudantes em aspectos econômicos, sociais, acadêmicos e humanos, alinhando-se às demandas contemporâneas e aos desafios do desempenho acadêmico e permanência.

Embora diversos programas de assistência sejam mencionados em normativos institucionais, é necessário investigar seu impacto real na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente porque programas seletivos possuem práticas focais e imediatistas, carecendo, frequentemente, de visão de longo prazo (Prada & Surdine, 2018). Nesse sentido, a assistência estudantil, enquanto política pública, deve se guiar pelas etapas do ciclo de políticas públicas e ser respaldada por processos de monitoramento e avaliação sistemáticos que fortaleçam o planejamento e a execução das ações e reforcem a sua capacidade transformadora (Januzzi et al., 2009).

O TCU (2024), em auditoria nos IFs, apontou a falta de avaliação da efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dificultando a mensuração de seu impacto na redução da evasão na educação superior pública federal. Vários estudos, realizados principalmente no âmbito das Universidades, abordam a escassez de dados consolidados e de instrumentos avaliativos abrangentes da assistência estudantil (Brito et al., 2019; Imperatori, 2017; Lima, 2023; Lima & Mendes, 2020; Souza & Costa, 2020), reforçando a necessidade de um sistema sólido de monitoramento. Essa ausência compromete a compreensão do papel do PNAES na democratização da permanência e êxito dos estudantes, prejudicando decisões sobre a priorização e alocação de recursos (TCU, 2024).

As mudanças constantes na sociedade exigem revisões contínuas das políticas públicas, garantindo sua adaptação às novas realidades (Colen, et al., 2024). Isso demanda inovações frequentes, sustentadas pela apropriação de informações sobre a operação, objetivos e desafios dos programas, fortalecendo sua efetividade (Januzzi, 2016). Logo, monitoramento e avaliação são processos essenciais que promovem reflexão, reorganização de práticas e transformação das relações entre os envolvidos, permitindo que políticas e programas sociais se ajustem aos diversos contextos, superem desafios e se reinventem (Arretche, 2013; Brito et al., 2019; Januzzi, 2016).

É nesse contexto que esta pesquisa se propõe a analisar a situação atual do monitoramento das políticas de assistência estudantil em Institutos Federais das cinco regiões do país, a partir do PNAES. Especificamente, busca-se identificar os mecanismos e ferramentas empregados nesse processo, destacando boas práticas, lacunas e desafios. Os resultados visam a subsidiar a formulação de diretrizes nacionais, fortalecendo a assistência estudantil e contribuindo para o alcance efetivo de seus objetivos junto aos beneficiários.

Reconhecendo a diversidade existente entre os IFs, dada sua essência de fortalecimento local dos territórios, esta abordagem se destaca por superar estudos limitados a uma única instituição ou análises documentais generalistas, explorando a realidade de instituições em todas as cinco regiões do país. Além de oferecer uma contribuição prática para orientar o monitoramento nessas instituições, o estudo busca avançar teoricamente nas discussões sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas, aprofundando essa temática no contexto organizacional de IFs, a qual ainda carece de estudos.

A próxima seção apresenta o referencial teórico-conceitual que fundamenta o estudo. Na sequência, serão detalhados os métodos e técnicas adotados, seguidos pela exposição dos resultados e suas respectivas discussões. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais contribuições e implicações do trabalho.

2.2 Quadro Teórico-Conceitual

2.2.1 Políticas e Programas Públicos e o Policy Cycle

As políticas públicas são processos multidimensionais que operam em vários níveis (local, regional, nacional e transnacional) e envolvem diversos atores, como governantes, legisladores, eleitores, grupos de interesse e organismos transnacionais, atuando em contextos específicos para resolver problemas públicos e distribuir poder e recursos (Araújo & Rodrigues, 2017).

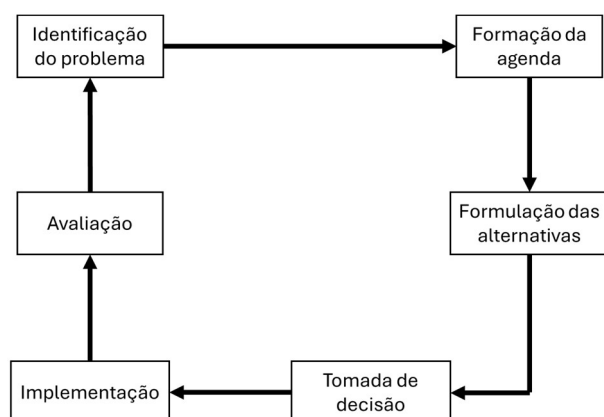
No campo das políticas públicas, Secchi (2016) relaciona dois conceitos centrais: problema público e política pública. O problema público é intersubjetivo, existindo apenas quando afeta significativamente um número considerável de atores ou grupos específicos. Por sua vez, a política pública se concretiza por meio de instrumentos como leis, programas, serviços e subsídios (Secchi, 2014, 2016).

O PNAES e a recente Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei n. 14.914/2024) são políticas redistributivas voltadas a mitigar a retenção e a evasão de jovens no ensino público federal, beneficiando grupos específicos enquanto geram custos concentrados em outros (Agum et al., 2015; Lowi, 1964, como citado em Secchi, 2014; Souza, 2006). Nessa perspectiva, programas como o PNAES reúnem ações coordenadas para atender demandas específicas da agenda governamental, focando em grupos sociais definidos (Januzzi, 2016; Rossi et al., 2004; Villanueva, 2006), exemplificando como políticas públicas enfrentam problemas públicos de forma direcionada e estruturada.

Para compreender como e por que o governo age para resolver problemas públicos, o modelo do *Policy Cycle*, proposto por Lasswell (1956), oferece uma abordagem estruturada. Esse modelo descreve as políticas públicas como um processo contínuo e iterativo, composto por fases interligadas: identificação do problema, inclusão na agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (Rua, 2012; Secchi, 2014), conforme Figura 1:

Figura 1

Ciclo de Políticas Públicas



Nota. Elaborada pela autora, a partir de Secchi (2014).

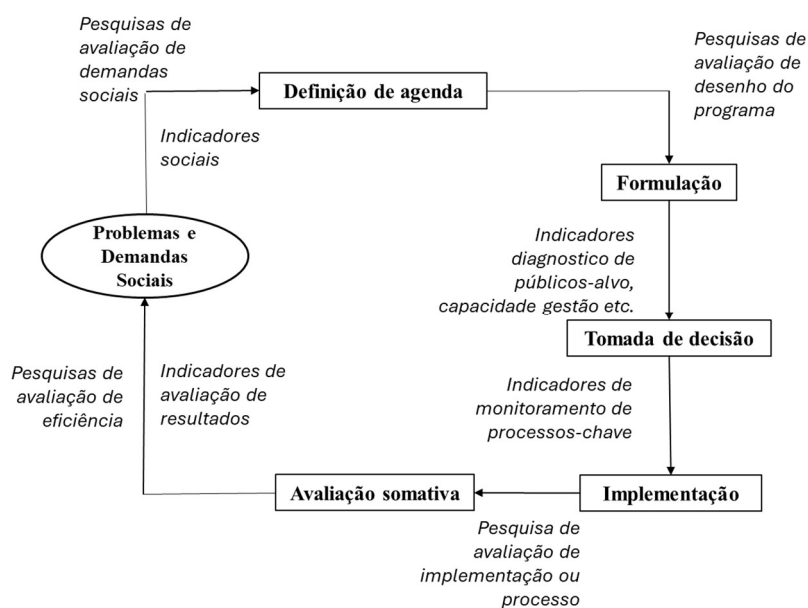
Essa perspectiva permite analisar as políticas públicas de forma dinâmica, evidenciando sua complexidade e os desafios associados à sua execução. Ele organiza o processo em etapas interligadas: a definição do problema e a inclusão na agenda tratam da identificação de uma

questão social como problema público e sua priorização no debate político; a formulação de alternativas e a tomada de decisão envolvem a criação de estratégias e a mobilização de apoio político; a implementação é a fase em que a administração pública aloca recursos institucionais, financeiros e burocráticos para efetivar as ações; e a avaliação mede os efeitos da política, considerando ajustes e melhorias com base em novos dados e contextos, reiniciando o ciclo (Araújo & Rodrigues, 2017; Secchi, 2014).

Apesar de ser alvo de críticas, o modelo das etapas permanece como uma referência central na análise de políticas públicas, por sua capacidade de integrar aspectos teóricos e práticos de maneira coerente (Muller, 2010). Adicionalmente, possui valor instrumental ao evidenciar como as diferentes fases demandam tipos distintos de informações e esforços na organização de dados e na pesquisa da realidade (Januzzi, 2016), conforme se observa na Figura 2:

Figura 2

Demanda de Indicadores e de Pesquisas de Avaliação Segundo Estágios do Programa no Ciclo



Nota. Januzzi (2016).

Em todas as etapas, há uma demanda por informações. Durante a implementação, por exemplo, é crucial ter dados sistemáticos para monitorar as atividades-chave do programa, de forma que quando há falhas no progresso de ações específicas, torna-se necessária uma avaliação detalhada de sua execução (Januzzi, 2016). O autor explica que esses indicadores

podem ser gerados a partir de sistemas de gestão ou registros de atividades institucionais, criando interfaces de controle adaptadas às funções e necessidades dos agentes envolvidos.

Embora frequentemente representado como uma sequência linear, o ciclo não é uma estrutura rígida. Suas etapas podem ocorrer de forma desvinculada ou em ordem diferente da usual, refletindo a natureza dinâmica das políticas públicas. Sua principal vantagem é a capacidade de organizar a complexidade dessas políticas, tornando-o uma ferramenta para análise e gestão (Agum et al., 2015).

2.2.2 Monitoramento de Políticas e Programas Públicos

O monitoramento de políticas e programas públicos, comumente considerado uma medição de desempenho, é definido de diversas formas na literatura. Poister (2015) argumenta que, para alguns críticos, a medição de desempenho e a avaliação de programas possuem diferenças fundamentais, pois atendem a propósitos distintos. Enquanto a avaliação utiliza um conjunto de ferramentas específicas aplicadas por avaliadores para analisar resultados e impactos, a medição de desempenho é vista principalmente como uma ferramenta gerencial voltada para acompanhar o progresso das ações (Feller, 2002; Perrin, 1998; Poister, 2015).

Por outro lado, alguns autores consideram esses dois processos complementares, apontando que ambos podem empregar ferramentas similares para analisar a eficácia e os processos dos programas (McDavid et al., 2018; Poister, 2015). Há ainda aqueles que rejeitam qualquer distinção entre os conceitos, defendendo a integração de práticas e ferramentas de avaliação como meio de aprimorar a medição de desempenho (Bernstein, 1999; Newcomer & Brass, 2016; Poister, 2015).

Nesta pesquisa, o monitoramento é compreendido como uma atividade gerencial interna, conduzida de forma sistemática durante a execução de uma intervenção, com o objetivo de acompanhar sua evolução ao longo do tempo. Ele utiliza dados da gestão do projeto para verificar o progresso em relação às metas, indicadores e resultados definidos (Ramos & Schabbach, 2012). Para essas autoras, o monitoramento e a avaliação são processos complementares, pois as informações geradas pelo monitoramento são indispensáveis para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas.

De forma semelhante, Januzzi (2014) destaca que monitoramento e avaliação são processos interdependentes que fornecem ao gestor público tanto informações sintéticas, por meio de indicadores-chave, quanto análises mais detalhadas obtidas por pesquisas avaliativas. Nesse contexto, enquanto a avaliação busca aprimorar a gestão, fornecer evidências e melhorar

políticas ou programas, o monitoramento fornece a base sistemática de informações que sustenta todo o processo avaliativo (Souza & Costa, 2020).

2.2.2.1 Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A)

Apesar do aumento de dados disponíveis, transformá-los em informações úteis para a gestão exige esforços significativos, incluindo a identificação de processos-chave, o desenvolvimento de indicadores e a criação de painéis de monitoramento. Esse cenário ilustra o "paradoxo da escassez na abundância", em que dados existem, mas não são organizados ou compartilhados de forma eficaz (Januzzi, 2016, 2022).

Para tornar os dados do monitoramento úteis para gerentes e tomadores de decisão, é essencial analisá-los em contextos comparativos, como comparações temporais entre metas e resultados, ou entre unidades operacionais (Poister, 2015). Modelos robustos e adaptáveis às realidades locais são preferíveis, demandando que organizações desenvolvam sistemas de monitoramento alinhados às suas necessidades específicas, com possibilidade de adaptar modelos existentes (Boullosa & Araújo, 2009).

Nessa perspectiva, as políticas públicas demandam a criação de Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A) adaptados às especificidades de seu *design* e modelo de gestão (Maia & Assis, 2019). Eles integram coleta, organização e disseminação de informações para aprimorar a gestão de políticas públicas, garantindo transparência e evidências sobre sua eficácia (Januzzi, 2013). Tais sistemas fornecem dados precisos para melhorar a tomada de decisões e o desempenho dos programas, além de atender às demandas de diferentes partes interessadas, como órgãos governamentais, financiadores e o público (Poister, 2015).

Assim, os SM&A organizam informações dispersas e estruturam dados operacionais para atender às necessidades regulares de gestão e coordenação de programas (Januzzi, 2016). Sob a ótica desse autor, a construção de SM&A está alicerçada em quatro elementos principais: (i) Mapa de Processos e Resultados (MaPR); (ii) indicadores para monitorar os processos-chave; (iii) painéis de indicadores; e (iv) fontes de informação para o acompanhamento regular do programa.

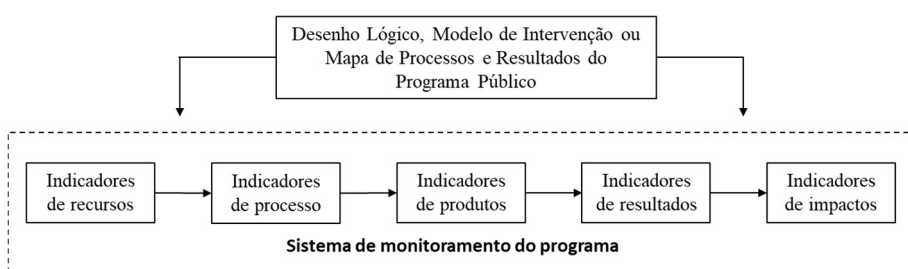
Sistemas eficazes de monitoramento utilizam modelos lógicos de intervenção que refletem a estrutura do programa, permitindo a seleção de indicadores-chave com base nos dados gerados por sistemas de gestão (Januzzi, 2014). Esses modelos interpretam o programa como uma teoria de mudança, onde resultados esperados são vinculados a ações específicas, analisando pressupostos e estratégias para sua validação (McLaughlin & Jordan, 2015).

O MaPR, nessa visão, é uma ferramenta metodológica que descreve de forma prática a relação entre insumos, processos e produtos, considerando o contexto operacional e as condições necessárias para alcançar os resultados e impactos sociais desejados (Januzzi, 2016). Ao compreenderem essa lógica, gestores podem interpretar dados monitorados como indicadores de resultados reais, validando a eficácia do programa (Poister, 2015).

Embora compartilhe semelhanças com outras ferramentas, como o modelo lógico e o mapa estratégico, o MaPR diferencia-se por ser especificamente voltado para programas sociais complexos, orientando o *design* do sistema de monitoramento e pesquisas avaliativas (Januzzi, 2016). A Figura 3 ilustra essa abordagem:

Figura 3

Monitoramento como Acompanhamento Sistemático dos Processos-chave, Produtos e Efeitos de Programas



Nota. Januzzi (2016).

Outro elemento fundamental para o monitoramento de programas públicos é o desenvolvimento de indicadores de desempenho e progresso da política, revisados periodicamente. Os indicadores finais avaliam os resultados e impactos do programa no bem-estar, enquanto os indicadores intermediários analisam os recursos empregados (*inputs*) e os produtos gerados (*outputs*) (Henry, 2001; Ramos & Schabbach, 2012; Thoenig, 2000).

Indicadores de desempenho são estimativas objetivas que avaliam, indiretamente, a *performance* de uma entidade não mensurável diretamente (Jackson, 2011). Eles possuem dois atributos essenciais: a capacidade de avaliar elementos não quantificáveis por meio de parâmetros mensuráveis e a função de sinalizar relevância para a análise (Jackson, 2011; Lehtonen, 2015; Turnhout, 2009). Esses indicadores abrangem aspectos como insumos, processos, entregas, eficiência e eficácia das políticas (Carter et al., 1993).

Januzzi (2016) compara os indicadores a termômetros, destacando que eles podem apontar conformidade ou alertar para “febres” em zonas críticas do desenho dos programas, auxiliando na identificação e correção de problemas. Lehtonen (2015) reforça que os

indicadores, como ferramentas de políticas baseadas em evidências, desempenham funções variadas, sendo úteis para monitorar e avaliar desempenho, promover controle e responsabilização, aumentar a transparência e melhorar a qualidade das decisões.

Um conjunto eficaz de indicadores deve ser enxuto, mas estratégico, oferecendo informações organizadas e relevantes para diferentes usuários, visando responder a questões avaliativas, como alocação de recursos, tempestividade e completude de processos e alcance do público-alvo (Januzzi, 2014, 2016).

A avaliação das políticas de permanência frequentemente utiliza a taxa de evasão como principal indicador. No entanto, estudos mais abrangentes complementam essa análise com indicadores de desempenho acadêmico e tempo de conclusão do curso, ampliando a compreensão dos resultados e impactos dessas políticas (Silva & Sampaio, 2022).

As bolsas financeiras reduzem dificuldades econômicas, favorecendo a dedicação dos alunos, melhorando seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, promovendo a permanência e reduzindo a evasão (Silvente et al., 2018). Além disso, a redução do tempo de conclusão beneficia os estudantes, ao evitar perdas salariais, e as instituições, ao diminuir custos operacionais (Erwin et al., 2021). Logo, para mensurar resultados e impactos, sugere-se um modelo avaliativo das políticas de permanência estudantil que integre esses três indicadores de eficiência (Silva & Sampaio, 2022).

Quando o assunto é o desempenho acadêmico, Silva (2022) demonstra em seu estudo uma tendência de associá-lo ao cálculo do coeficiente de rendimento escolar, porém, reconhece que ele é um reflexo de múltiplos fatores, sendo a nota final impactada por uma série de condições inter-relacionadas. Nessa ótica, Vieira et al. (2017) constataram que as condições sociais exercem uma influência significativa no desempenho educacional, especialmente para alunos com baixo *background* social, que enfrentam um esforço substancial para alcançar a média. Contudo, uma vez atingida essa média, o esforço se mostra capaz de superar, em grande parte, as desvantagens sociais.

Nesse cenário, os indicadores sociais desempenham um papel crucial na tradução de conceitos abstratos em métricas práticas, permitindo operacionalizar dimensões sociais definidas com base em escolhas teóricas ou políticas, a exemplo da taxa de evasão e da frequência escolar, utilizados no monitoramento de programas de transferência de renda (Januzzi, 2022). Da mesma forma, o prazo de conclusão dos cursos é uma ferramenta relevante para o controle estatal, possibilitando, inclusive, a projeção dos custos das políticas em relação ao tempo necessário para a conclusão dos estudos e o desligamento dos alunos (Silva & Sampaio, 2022).

Definir indicadores para o monitoramento dos processos-chave é fundamental, mas sua apresentação deve priorizar o compartilhamento eficaz de informações relevantes, utilizando ferramentas como painéis, gráficos e mapas de forma funcional, e não apenas visualmente impactante (Poister, 2015).

Finalmente, sistemas de monitoramento exigem fontes diversificadas de dados, além de pesquisas e sistemas de gestão para compilar informações em indicadores com valor explicativo (Januzzi, 2016). Dados organizados e atualizados são indispensáveis para planejar intervenções, coordenar agentes, monitorar atividades e avaliar resultados, fortalecendo a tomada de decisões técnico-políticas em todas as etapas do ciclo do programa (Januzzi, 2013).

2.2.2.2 Desafios para o Monitoramento de Programas Públicos

A necessidade de monitorar o desempenho em programas sociais é amplamente reconhecida, mas o principal desafio reside na concepção e implementação de sistemas eficazes que forneçam informações relevantes sem causar discontinuidades ou efeitos indesejados (Poister, 2015). Esses sistemas devem não apenas gerar conhecimento, mas disseminá-lo de forma acessível e adaptada a diferentes públicos, promovendo inovações graduais e transformações no programa (Januzzi, 2016).

Programas gerenciados em ambientes de rede, como o PNAES nos Institutos Federais, apresentam desafios adicionais devido à descentralização, variações na implementação e níveis heterogêneos de comprometimento e capacidades entre os participantes (Frederickson & Frederickson, 2007; Poister, 2015). No caso da assistência estudantil, embora cada instituição possua autonomia para estruturar seus sistemas, a organização *multicampi* aumenta a complexidade do monitoramento, enquanto o MEC, por sua vez, enfrenta o desafio de compreender a realidade do programa em todos os IFs.

Para lidar com essas dificuldades, Poister (2015) sugere sistemas híbridos que combinem métricas gerais obrigatórias com medidas específicas adaptadas a contextos locais. Além disso, o autor complementa que as entidades da rede devem identificar suas próprias métricas e compartilhar resultados, promovendo uma abordagem colaborativa. Outrossim, Ramos e Schabbach (2012) apontam que muitos programas não são projetados para avaliação, enfrentando obstáculos como a definição de objetivos, indicadores de progresso e metas mensuráveis. Para superar esses desafios, as autoras destacam a importância de incorporar a avaliação como prática contínua, criar sistemas de informação específicos e fortalecer os sistemas gerenciais existentes.

Por fim, é fundamental reconhecer as limitações dos sistemas de medição de desempenho, que, embora úteis para levantar questões, não substituem análises orçamentárias, avaliações holísticas ou a gestão criativa e prudente e devem ser integrados aos processos de gestão e tomada de decisões, sendo o seu principal propósito levantar questões e não fornecer respostas definitivas (Hatry, 2006; Poister, 2015).

2.2.3 Do Programa à Política Nacional de Assistência Estudantil: a realidade da assistência estudantil em Institutos Federais

A assistência estudantil é composta por ações que visam atender às necessidades acadêmicas, promovendo o sucesso dos estudantes, reduzindo desigualdades educacionais e prevenindo a evasão escolar (Gomes & Passos, 2018). No Brasil, essa política evoluiu de iniciativas pontuais para uma política pública consolidada nos anos 2000, influenciada por transformações sociopolíticas e seus impactos na educação superior (Dutra & Santos, 2017).

O PNAES foi instituído pela Portaria Normativa n. 39, de 2007, e implementado em 2008, estabelecendo áreas de ação e servindo como referência para programas de assistência nas instituições federais de ensino superior (IFES) (Imperatori, 2017). Em 2010, o Decreto n. 7.234 formalizou o PNAES, conferindo-lhe *status* de política de governo com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino superior público federal, incluindo os IFs devido à sua atuação na oferta de educação superior (Taufick, 2014).

O art. 4º do referido Decreto prevê a inclusão dos IFs nas ações do PNAES, respeitando suas especificidades e atuação no ensino, pesquisa e extensão. Embora não plenamente abrangente, essa inclusão deu autonomia aos IFs para estruturarem suas próprias políticas de assistência (Gomes & Passos, 2018). Ainda, apesar do foco principal do Decreto ser os estudantes de graduação, o PNAES incentivou os IFs a ampliarem suas iniciativas, apoiados pelo aumento de recursos da ação "2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional", prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) (Taufick, 2014).

Como política pública, a assistência estudantil garante condições para a permanência dos estudantes, atendendo às demandas que surgem com o ingresso, especialmente de grupos historicamente discriminados, como por questões de cor e raça, dada a alta correlação entre pobreza e desigualdade social no Brasil (Araújo et al., 2019; Pinto, 2015). Para cumprir seu papel de inclusão e equidade, deve ser consolidada como uma política social pública, desvinculada de interesses governamentais que possam restringir seu alcance (Souza, 2017).

O debate sobre permanência estudantil destaca suas múltiplas dimensões. A dimensão material inclui transporte, alimentação, acesso a materiais, internet, moradia e acessibilidade, enquanto a dimensão simbólica aborda aspectos culturais, pertencimento étnico-racial, social e de gênero, além da valorização da diversidade, fundamentais ao processo educacional (Daros, 2023).

Além dos fatores financeiros, evasão e retenção são influenciadas por questões como identificação com o curso, dificuldades acadêmicas, dilema trabalho-estudo e práticas avaliativas excludentes, cabendo à assistência estudantil uma abordagem integrada, que abrange funções sociais, pedagógicas e psicológicas, bem como atende a riscos socioassistenciais, como falta de moradia, violência familiar e envolvimento com drogas, em que equipes técnicas podem ser essenciais para o sucesso escolar (Figueiredo & Salles, 2017; Silva & Nogueira, 2016; Soares & Amaral, 2022; Taufick, 2014).

Ao analisar a taxa de evasão ciclo em 2023, isto é, o percentual de evadidos em relação às matrículas vinculadas a ciclos concluídos em 2022, verificou-se que os IFs registraram 41,9% de evasão nos cursos técnicos de nível médio e 55,88% nos cursos de graduação presenciais (PNP, 2024). Esses números comprometem as metas das Estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que visam alcançar uma taxa de conclusão de 90% nesses cursos (Lei n. 13.005, 2014). Além de impactar negativamente a formação profissional, a alta evasão gera ociosidade de vagas e desperdício de recursos públicos (TCU, 2024).

A evasão também afeta diretamente o índice de eficiência acadêmica, que mede a taxa de conclusão média dos cursos. Em 2023, esse índice foi de 52,7% nos cursos técnicos e de 24,2% nos de graduação presencial, valores ainda muito distantes da meta estabelecida (PNP, 2024). Uma análise do período entre 2017 e 2022 revelou que as estratégias atuais da RFEPCT têm sido insuficientes para enfrentar e mitigar a evasão (TCU, 2024).

Nesse contexto, torna-se essencial o fortalecimento de políticas institucionais de apoio pedagógico e de permanência estudantil, que contribuam para reduzir desigualdades, garantindo equidade e promovendo o sucesso acadêmico dos estudantes ao longo de suas trajetórias (Nierotka & Bonamino, 2023).

O PNAES articula diferentes áreas e políticas sociais para garantir proteção social ampla, definindo ações sem especificar como implementá-las. Isso resulta em uma diversidade de projetos e serviços adaptados às particularidades de cada instituição (Imperatori, 2017). Nos IFs, a assistência estudantil abrange múltiplas funções, incluindo auxílios financeiros, projetos

de extensão e pesquisa, além de programas de transporte, moradia, alimentação e material escolar para ações de permanência (Gomes & Passos, 2018). As autoras complementam que, para o desempenho acadêmico, oferecem-se bolsas, estágios, cursos e acompanhamento pedagógico e, adicionalmente, há iniciativas em cultura, lazer e esporte, com projetos socioeducativos e desportivos.

Taufick (2014) destaca que os IFs ampliaram significativamente as ações previstas no PNAES, incluindo benefícios como uniformes e materiais didáticos voltados à educação básica, de maneira que as ações de assistência estudantil realizadas por essas instituições frequentemente superam o escopo originalmente estabelecido pelo PNAES.

Estudos realizados em IFs e, em sua maioria em Universidades Federais, confirmam a importância da assistência estudantil para reduzir desigualdades socioeconômicas, promover a permanência dos estudantes e melhorar o desempenho acadêmico, evidenciando a efetividade do PNAES nesse contexto (Araújo et al., 2019; Brito & Barbosa, 2017; Carvalho & Dias, 2021; Cespedes et al., 2021; Cruz et al., 2023; Damasceno, 2023; Julião et al., 2022; Macedo & Soares, 2020; Machado et al., 2020; Pereira & Passos, 2017).

Todavia, entre 2012 e 2022, enquanto as matrículas nos cursos de graduação da RFEPCT cresceram 105%, o orçamento da assistência estudantil aumentou apenas 58%, com tendência de redução (TCU, 2024). Logo, há um subfinanciamento do PNAES desde 2015, comprometendo sua capacidade de atender à crescente demanda (Prada & Surdine, 2018).

Assim, apesar da expansão físico-territorial dos IFs nas duas primeiras décadas dos anos 2000, o fortalecimento proporcional de serviços e estruturas de apoio não acompanhou esse crescimento, evidenciando a essencialidade da integração entre as políticas de acesso e de permanência nos processos educacionais (Daros, 2019, 2023). Ratificando esse entendimento, o TCU (2024) concluiu que a falta de recursos para a assistência estudantil e alimentação, equipes multiprofissionais insuficientes, deficiências na infraestrutura e ausência de transporte adequado, especialmente em áreas rurais, dificultaram a implementação de estratégias eficazes, contribuindo para o aumento da evasão.

A Lei n. 14.914 (2024) ampliou as diretrizes do PNAES, incluindo expressamente a educação profissional e tecnológica em seu escopo. Entre as mudanças, redefiniu a renda *per capita* prioritária de 1,5 para 1 salário-mínimo e criou o Sistema Nacional de Informações e Controle, ainda não regulamentado. Os objetivos do Decreto n. 7.234 (2010) foram mantidos e ampliados para apoiar estudantes estrangeiros, estimular competições e iniciativas acadêmicas

e promover formação, extensão e pesquisa. Também foram reforçadas a garantia de permanência e a melhoria do desempenho acadêmico como metas prioritárias.

Acredita-se que essas mudanças representam um avanço significativo no fortalecimento da assistência estudantil, consolidando seu papel na promoção da equidade educacional e no apoio à permanência e ao sucesso dos estudantes no âmbito dos IFs.

2.3 Métodos e Técnicas

Esta pesquisa, de natureza aplicada, buscou contribuir para o aperfeiçoamento da política de assistência estudantil em IFs por meio do monitoramento. Adotou-se métodos qualitativos para compreender os significados atribuídos ao problema por indivíduos, com um *design* que incluiu questões flexíveis, coleta de dados em campo e análise indutiva, partindo de temas específicos para conclusões mais amplas, considerando o contexto dos sujeitos de pesquisa (Creswell & Creswell, 2021; Merriam & Tisdell, 2016). Esse *design* permitiu explorar a realidade do monitoramento em IFs e propor melhorias ao processo.

O lócus de pesquisa foram os IFs, criados pela Lei n. 11.892 (2008), a partir da transformação de escolas técnicas e Cefets, expandindo a oferta de ensino técnico de nível médio, superior e profissional em formatos multicurriculares e *multicampi*, com autonomia administrativa e pedagógica (Taufick, 2014). Juntamente com o Colégio Pedro II, Centros Federais de Educação do Rio de Janeiro e de Minas e Gerais (Cefet/RJ e Cefet/MG), Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, os 38 IFs, abrangendo mais de 600 *campi*, integram a RFEPCT, sendo apoiados e supervisionados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) do Ministério da Educação.

Dos quase 1,6 milhões de alunos atendidos pelos IFs em 2023, 46% estavam matriculados em cursos de qualificação profissional, 29% em cursos técnicos de nível médio e 20% em cursos de nível superior, incluindo bacharelados, licenciaturas e tecnologias (PNP, 2024). Embora o PNAES tenha sido originalmente direcionado à permanência no ensino superior, a maior parte do público nos IFs concentra-se no ensino técnico, refletindo as especificidades dessas instituições e a singularidade do caso analisado. A recente Política Nacional de Assistência Estudantil reconhece essa particularidade ao incorporar formalmente a educação profissional, científica e tecnológica ao seu escopo.

Utilizou-se o estudo de caso qualitativo enquanto procedimento técnico de condução da pesquisa, caracterizado pela análise detalhada de um fenômeno específico da vida real por meio

da coleta de dados de diversas fontes (Creswell, 2014; Merriam, 1998). Alguns estudos de caso examinam múltiplas unidades dentro de um único caso, enquanto outros analisam o caso de forma holística, e há também abordagens que comparam diversos casos ou se concentram em um único caso (Creswell, 2014).

No caso em tela, foi adotado um estudo de caso único/combinado, analisando múltiplas unidades dentro de um único caso – os IFs. A população foi composta pelos 38 Institutos Federais do Brasil, e a seleção das unidades de análise seguiu a técnica de amostragem por critério, que seleciona casos alinhados aos objetivos centrais da pesquisa, garantindo a relevância dos selecionados (Gray, 2012; Patton, 2002).

Foram selecionados cinco IFs, um de cada região do país, com base no critério de maior percentual de alunos com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, público prioritário do PNAES (Decreto n. 7.234, 2010), em relação ao total geral de alunos de cada região. Patton (2015) ressalta que padrões consistentes observados em diferentes casos são valiosos para compreender experiências fundamentais e características comuns. Ainda, em pesquisas qualitativo-exploratórias, o foco principal não está no tamanho da amostra, mas na diversidade dos sujeitos ou unidades investigadas (Januzzi, 2016).

Nesse contexto, as cinco instituições com maior demanda por assistência estudantil, isto é com o maior % de alunos economicamente vulneráveis em relação ao total geral de alunos da região, relacionadas na Tabela 1, foram selecionadas devido à sua contribuição potencial para os objetivos da pesquisa :

Tabela 1

Unidades Selecionadas para o Estudo, a Partir da Amostragem por Critério

Instituição	Região	Total Geral de Alunos da Região (A)	Total de Alunos da Instituição (RFP <= 1,5 salário-mínimo) (B)	% de Alunos Economicamente Vulneráveis (C) = B/A
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	Sul	632.414	184.711	29%
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	Nordeste	340.563	42.719	12,5%
Instituto Federal do Pará (IFPA)	Norte	121.314	18.981	16%
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS)	Centro-Oeste	155.929	31.584	20%

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	Sudeste	340.906	32.643	9,6%
--	---------	---------	--------	------

Nota. Elaborada pela autora, a partir de dados da PNP.

Os dados para a seleção das unidades foram obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, em consulta realizada no dia 29 de agosto de 2024, referente ao exercício de 2023, edição pública mais atual então disponível (PNP, 2024). Quanto à escolha regional, destaca-se que essa fundamentou-se na importância do território para a formação e atuação dos IFs, conforme prevê a Lei n. 11.892 (2008), e no reconhecimento, pelo Plano Plurianual 2024–2027, das desigualdades regionais no Brasil, que impactam o acesso à infraestrutura e os indicadores sociais (Lei n. 14.802, 2024).

Selecionar diferentes locais para representar eventos semelhantes em contextos sociais e econômicos distintos permite embasar as conclusões em experiências coletivas, aumentando a confiabilidade do estudo (Yin, 2016). Ademais, Flick (2008) destaca que a amostragem deve equilibrar a abrangência do campo de estudo com a profundidade das análises. Nesse sentido, considerar as cinco regiões do país para analisar o monitoramento das políticas de assistência estudantil e propor melhorias contribui para tornar as evidências mais sólidas e representativas.

Após definir as unidades de análise, foram convidados para as entrevistas os gestores da Reitoria dos IFs, diretamente responsáveis pela assistência estudantil. Portanto, a seleção seguiu os dois níveis típicos de amostragem em estudos de caso qualitativos: escolha do caso a ser investigado e, dentro dele, uma amostragem específica, que no caso em tela, baseou-se na posição profissional, priorizando profissionais com conhecimento e experiência relevantes para a pesquisa (Flick, 2008; Merriam & Tisdell, 2016).

Quanto aos objetivos, a pesquisa enquadrou-se como descritiva e exploratória, sendo que a primeira busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos no contexto físico e humano, com o objetivo de identificar frequências, relações, conexões, natureza e características (Rampazzo, 2005) e a segunda visa ampliar o conhecimento sobre um tema específico, sendo particularmente útil para compreender fenômenos relativamente desconhecidos (Lakatos & Marconi, 2003; Sampieri et al., 2013). No caso em tela, explorou-se o monitoramento da assistência estudantil a partir do PNAES, em IFs, descrevendo suas características e propondo melhorias com foco no aprimoramento da política em benefício dos estudantes.

O *corpus* de pesquisa foi composto por dados primários, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, e dados secundários, obtidos a partir de pesquisa documental em regulamentos de assistência estudantil e nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das instituições, conforme detalhamento constante na Tabela 2:

Tabela 2

Corpus de Pesquisa

Instrumentos	Descrição
Entrevistas	Entrevista 1 – IFRS – Realizada em 21/08/2024
	Entrevista 2 – IFCE – Realizada em 22/08/2024
	Entrevista 3 – IFMS - Realizada em 23/08/2024
	Entrevista 4 – IFPA – Realizada em 02/09/2024
	Entrevista 5 – IFSULDEMINAS – Realizada em 06/09/2024
Regulamentos da Assistência Estudantil	Resolução IFRS n. 86/2013
	Resolução IFCE n. 24/2015
	Resolução IFMS n. 001/2018
	Resolução IFPA n. 147/2016
Documentos Complementares da Assistência Estudantil	Resolução IFSULDEMINAS n. 38/2020
	IN IFRS n. 10/2018
	IN IFRS n. 01/2020
	IN IFRS n. 04/2023
	Resolução IFCE n. 24/2023
	Resolução IFMS n. 002/2018
Plano de Desenvolvimento Institucional	Resolução IFPA n. 8/2020
	Resolução IFSULDEMINAS n 210/2022
	PDI 2024-2028 – IFRS, IFCE, IFMS, FSULDEMINAS
	PDI 2019-2023 – IFPA (Somente essa edição foi localizada no portal institucional)
	Manual de Indicadores do PDI 2024-2028 - IFMS

Nota. Elaborada pela autora.

As entrevistas semiestruturadas foram os principais instrumentos de coleta de dados, complementadas pela pesquisa documental. Segundo Gray (2012), entrevistas desse tipo permitem aprofundar opiniões, enquanto a análise documental explora registros para compreender fenômenos específicos. A combinação desses métodos proporciona uma visão ampla e holística, uma vez que nenhum instrumento isolado é totalmente abrangente (Vieira Abrahão, 2006).

O roteiro de entrevistas (Apêndice A) foi desenvolvido com base na literatura e estruturado a partir de estudos similares, incluindo dois realizados no contexto das Universidades Federais (Brito, 2018; Eloi, 2018) e um no âmbito dos IFs (Lima, 2023). Apesar das diferenças entre Universidades e IFs, como a estrutura e áreas de atuação, ambas as instituições são responsáveis pela execução da assistência estudantil, sendo regidas pelos mesmos normativos nesse processo. Essa convergência normativa possibilitou a adaptação e compartilhamento de questões para orientar as entrevistas de forma consistente e alinhada aos objetivos do estudo.

Em relação à sua operacionalização, a pesquisa seguiu uma organização hierárquica estruturada em quatro etapas, conforme Tabela 3:

Tabela 3

Etapas da Pesquisa

Etapas	Descrição	Tipologia dos Dados	Coleta de Dados	Ferramenta de Análise
Primeira	Mapeamento dos processos e resultados do PNAES em IFs	Primários e Secundários	Entrevistas e Pesquisa Documental	Análise de Conteúdo e Documental
Segunda	Compreensão da situação atual do monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs	Primários	Entrevistas	Análise de Conteúdo
Terceira	Identificação de mecanismos de monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs	Primários e Secundários	Entrevistas e Pesquisa Documental	Análise de Conteúdo e Documental
Quarta	Sistematização de indicadores-chave para a realização do monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs	Primários e Secundários	Entrevistas e Pesquisa Documental	Análise de Conteúdo e Documental

Nota. Elaborada pela autora.

Na primeira etapa, resgatou-se o MaPR do PNAES nas cinco unidades investigadas, identificando insumos, atividades, processos e resultados. Essa etapa permitiu uma visão sistêmica da estrutura e funcionamento do programa, orientando a análise do monitoramento e a proposição de melhorias nas fases seguintes. Na segunda etapa, foi realizado um diagnóstico da situação atual do monitoramento da assistência estudantil, identificando lacunas e desafios enfrentados pelas instituições.

Posteriormente, foram mapeados mecanismos e ferramentas utilizados no monitoramento dessas políticas, com a sistematização dos indicadores-chave identificados. O foco principal foi destacar boas práticas com potencial de replicação em outros IFs, e reunir *insights* que subsidiem a formulação de diretrizes nacionais para o monitoramento das ações de assistência estudantil.

As entrevistas foram realizadas *online*, via Google Meet, gravadas e transcritas com o auxílio da ferramenta Tactiq. Para resguardar suas identidades, em observância aos preceitos éticos da pesquisa, os entrevistados foram identificados por números de 1 a 5, observando a ordem cronológica de realização das entrevistas informada na Tabela 2. Os documentos selecionados foram acessados diretamente nos portais institucionais.

A análise qualitativa foi conduzida por meio de técnicas de análise de conteúdo e documental, com apoio do *software* Atlas.ti, que permitiu a organização e codificação temática dos dados, além de auxiliar em análises como a frequência de palavras e mineração de opiniões para orientar as inferências.

Segundo Bardin (2011) e Creswell & Creswell (2021), implementou-se um protocolo de análise com as seguintes etapas: (i) pré-análise, que contemplou especialmente a transcrição das entrevistas, seleção e registro dos documentos; (ii) exploração do material, na qual destacaram-se trezentos e oitenta citações, agrupadas em cento e quarenta e nove códigos, compondo as unidades de registro e de contexto; e o (iii) tratamento dos resultados, no qual foram criadas seis categorias de análise, alinhadas aos objetivos da pesquisa, que emergiram da estruturação das entrevistas e das análises dos dados.

A triangulação por complementariedade foi utilizada para integrar múltiplas fontes de dados, fortalecendo a validade interna e a confiabilidade da pesquisa (Merriam & Tisdell, 2016). Essa abordagem permitiu combinar diferentes perspectivas por meio da comparação, validação cruzada e análise de convergências e divergências entre as informações compartilhadas pelos gestores, os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, os registros documentais, como PDIs e regulamentos de assistência, e o referencial teórico, incluindo achados do TCU (2024) e publicações contemporâneas sobre monitoramento, ampliando a robustez e profundidade da análise.

Essa abordagem possibilitou uma compreensão ampla do fenômeno, considerando sua complexidade e múltiplas perspectivas (Flick, 2009). As inferências e interpretações realizadas

contribuíram para a formulação de propostas práticas e consistentes para o aprimoramento do monitoramento das ações de assistência estudiantil em IFs.

2.4 Resultados e Discussão

A análise de conteúdo das entrevistas, realizada com o apoio do *software* Atlas.ti, contemplou a extração e codificação dos textos, ensejando a criação de seis categorias de análise alinhadas à questão de pesquisa, aos objetivos específicos e ao referencial teórico adotado (Wenger, 1998), conforme Figura 4:

Figura 4

Categorias de Análise



Nota. Elaborada pela autora.

A análise inicial focou em compreender a operacionalização das políticas de assistência estudiantil nas instituições, evidenciando uma predominância no pagamento de auxílios financeiros aos estudantes. Por outro lado, observou-se uma diversidade nas estratégias de execução, tanto nos tipos de auxílios oferecidos quanto nos fluxos processuais, corroborando os achados de Gomes e Passos (2018) e Taufick (2014). A Tabela 4 apresenta tipos de auxílios financeiros praticados pelas instituições, identificados tanto nas entrevistas quanto nos Regulamentos da Assistência Estudantil analisados.

Tabela 4

Auxílios Financeiros Praticados pelas Instituições

Instituição	Tipos de Auxílios
IFRS	Programas de Benefícios: Auxílio Permanência; Auxílio Moradia
IFCE	Auxílios ao estudante em situação de vulnerabilidade social: Auxílio alimentação; Auxílio didático-pedagógico; Auxílio discentes mães/pais; Auxílio emergencial; Auxílio formação; Auxílio inclusão digital; Auxílio moradia; Auxílio permanência acadêmica; Auxílio transporte
	Auxílios universais: Auxílio visita/viagem técnica; Auxílio acadêmico

IFMS	Dimensão Socioeconômica (Programa de Assistência Estudantil): Auxílio permanência; Auxílio transporte; Auxílio alimentação; Auxílio moradia; Auxílio indígena e quilombola; Auxílio eventual
	Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão: Auxílio monitoria; Auxílio TCC; Auxílio para visitas técnicas; Auxílio projetos de ensino; Auxílio extensão
IFSULDEMINAS	Programa Auxílio Estudantil (PAE); Auxílio Unifica Eventos; Programa de Ações Inclusivas: a) NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; b) NEGES – Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero e Sexualidade; c) NEABI – Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
IFPA	Auxílio Permanência; Auxílio Pessoa com Deficiência; Auxílio Alternância; Auxílio Assistência Ensino; Auxílio Assistência Pesquisa; Auxílio Assistência Extensão; Auxílio Apoio Pedagógico - Participação em eventos técnico-científicos, esportivos e culturais; Auxílio eventual

Nota. Elaborada pela autora.

A atuação territorial dos IFs, orientada pela Lei n. 11.892 (2008), reflete sua preocupação em atender às demandas sociais e às especificidades regionais, o que contribui para a diversidade nos tipos de auxílios oferecidos, inclusive entre unidades de uma mesma instituição. Conforme destacado pela Entrevistada 2, os *campi* definem os auxílios com base em suas necessidades específicas, considerando a realidade local.

A oferta de alimentação escolar varia significativamente entre as instituições. Além da execução por meio de auxílio financeiro, há casos em que a produção é realizada no próprio *campus*, com aquisição de gêneros alimentícios e contratação de profissionais como cozinheiros e auxiliares de cozinha. Outras instituições optam por adquirir refeições prontas, fornecidas por empresas terceirizadas, e algumas adotam um modelo híbrido, combinando duas ou mais dessas estratégias. Enquanto algumas unidades conseguem oferecer as três principais refeições diárias, outras se limitam a fornecer lanches nos intervalos.

Essa diversidade de modelos é influenciada principalmente por limitações orçamentárias, falta de infraestrutura adequada e a carência de nutricionistas. Tais fatores representam desafios para as instituições, que, em geral, não conseguem atender a todos os alunos. O IFCE, por exemplo, apesar de contar com uma política de alimentação e refeitórios bem estruturados, prioriza os alunos do ensino médio: “A gente prioriza os alunos do nível médio para prover alimentação, porque é a obrigação legal, mas a gente tem alunos de outros níveis que precisam desse olhar e o orçamento não é suficiente” (Entrevistada 2).

O IFSULDEMINAS, por sua vez, é referência na RFEPCT com uma política de alimentação bem estruturada, que garante refeições para todos os estudantes, desde o ensino técnico até a graduação. Todavia, nos cursos superiores, onde se concentra a maior taxa de

evasão da instituição, a alimentação é paga e os alunos em situação de vulnerabilidade econômica recebem auxílio financeiro maior para custear essa despesa. Em três *campi*, a alimentação para os cursos superiores é subsidiada, enquanto nos demais, o custo integral é aplicado aos alunos não vulneráveis. A instituição visa implementar o “passe livre” para todos os alunos vulneráveis, com subsídios para os demais (Entrevistada 5).

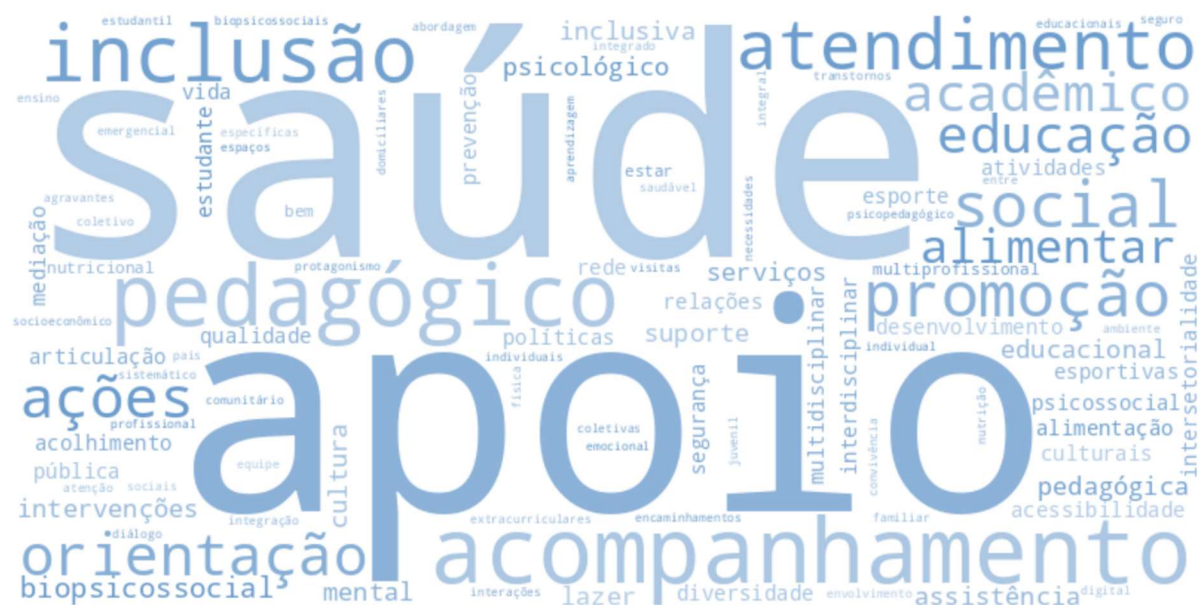
Outro achado da pesquisa diz respeito ao transporte escolar, apontado pelas cinco instituições como um dos principais desafios, dado que não existe uma política específica para os IFs. A Entrevistada 3 destacou que as dificuldades são particularmente graves em áreas onde não há ônibus circulares ou o deslocamento até os *campi* é longo e complicado, como em Campo Grande. Ela ressaltou que muitos estudantes enfrentam problemas mesmo com o auxílio permanência de R\$ 200 (duzentos reais), que é insuficiente para cobrir transporte, alimentação e materiais necessários, reforçando a urgência de se estabelecer uma política de transporte escolar para os alunos dos IFs.

A alternativa que está sendo adotada pelas instituições para mitigar esse desafio é buscar apoio junto às Prefeituras, porém, nem sempre logram êxito em função das diferenças nos calendários escolares e do entendimento de alguns municípios de que, por se tratar de uma instituição federal, a responsabilidade seria da União. Esses achados estão em consonância com o relatório de auditoria do TCU (2024), que concluiu que a falta de recursos para alimentação escolar, as deficiências na infraestrutura e a ausência de transporte escolar adequado são fatores que aumentam a evasão na RFEPC, de modo que as estratégias atualmente empregadas pelas instituições são insuficientes para enfrentar esse problema.

Embora a alimentação e o transporte escolar sejam o centro do debate, por representarem condições básicas para a permanência dos alunos, é importante destacar que a preocupação com a formação integral dos estudantes também se reflete nas falas dos gestores e nos regulamentos das instituições. Essa abordagem vai além do pagamento de auxílios financeiros, alinhando-se à dimensão simbólica da assistência estudantil defendida por Daros (2023). A Figura 5, elaborada com apoio do Atlas.ti, ilustra as palavras mais recorrentes sobre esse tema nas entrevistas e nos documentos analisados:

Figura 5

Nuvem de Palavras Relacionadas à Formação Integral dos Estudantes



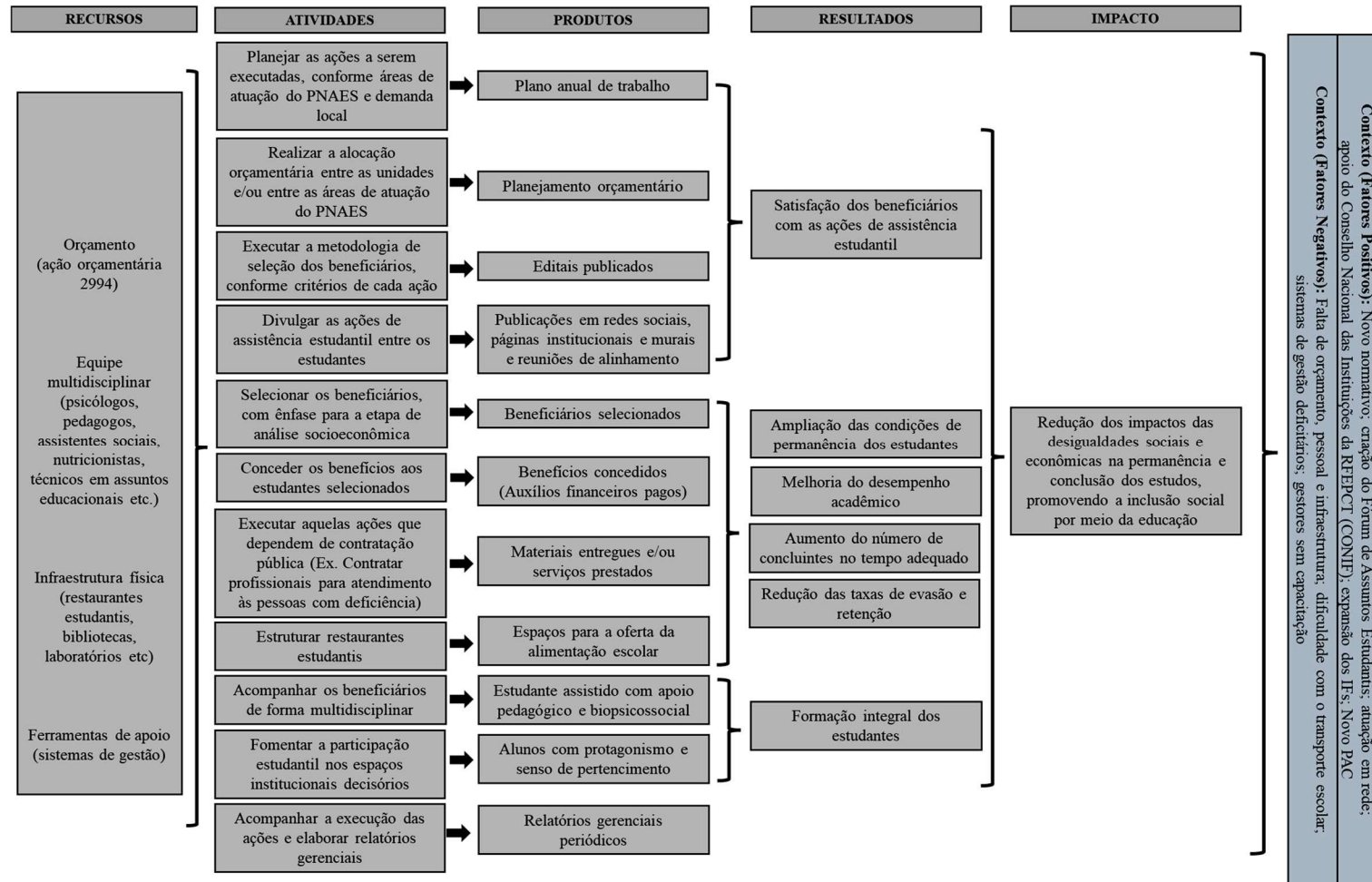
Nota. Elaborada pela autora.

A Entrevistada 5 destaca que é fundamental “fazer uma intervenção pedagógica, assistencial, psicológica, para que o aluno não evada, porque o auxílio só, não vai garantir permanência”. Isso reforça a importância dessas ações para a formação cidadã dos estudantes, já que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, que demanda a intersetorialidade de políticas voltadas para saúde, bem-estar e convivência estudantil (Figueiredo & Salles, 2017; Silva & Nogueira, 2016; Soares & Amaral, 2022; Taufick, 2014).

Considerando o contexto de execução das ações de assistência estudantil nas cinco instituições estudadas, foi elaborado o MaPR do PNAES, conforme Figura 6. Essa ferramenta é fundamental para representar, de forma prática, o funcionamento do programa e viabilizar a implantação de um monitoramento sistemático dos processos-chave, produtos e impactos gerados. Assim, alinhado a Januzzi (2014, 2016), a definição de indicadores de processo, por exemplo, exige um conhecimento aprofundado de cada processo que compõem o programa, garantindo que sua mensuração seja precisa e eficaz.

Figura 6

Mapa de Processos e Resultados do PNAES



Nota. Elaborada pela autora.

As atividades mapeadas evidenciaram uma diversidade de fluxos processuais, assim como foi verificado nas estratégias de execução das ações. Na seleção de beneficiários, por exemplo, o IFRS utiliza um edital modelo para todas as unidades, flexível às especificidades locais, e adota um auxílio único, o permanência. Já o IFMS publica dois editais via Reitoria: um para alunos veteranos e outro para os ingressantes, oferecendo auxílios separados, como transporte, alimentação e permanência.

Algumas boas práticas também foram identificadas e podem ser replicadas em outros IFs. O IFRS, por exemplo, integrou seu sistema ao CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social, permitindo identificar, pelo CPF, os alunos beneficiários do Bolsa Família, que são automaticamente classificados como mais vulneráveis em seus editais de seleção, dispensando nova documentação. No IFSULDEMINAS, a partir de 2025, os editais de assistência estudantil funcionarão em fluxo contínuo, permitindo solicitações a qualquer momento, conforme o orçamento disponível, otimizando a força de trabalho e flexibilizando o atendimento.

Em 2023, a instituição também criou o Comitê de Assuntos Estudantis, com 30% de representação discente, para apoiar o planejamento, a alocação de recursos e o acompanhamento das políticas de assistência estudantil. O IFCE, por sua vez, desenvolveu painéis estratégicos que auxiliam na tomada de decisões, como o Observatório da Assistência Estudantil, o Painel de Orçamento, o Anuário Estatístico e o IFCE em Números. Essas ferramentas fornecem informações relevantes para a gestão e o planejamento das ações.

Acerca do contexto de operação das ações, a expansão dos IFs foi identificada como um fator positivo, pois amplia o acesso à educação e promove inclusão social. No entanto, sem a correspondente ampliação de políticas de permanência, o que por sua vez exige orçamento, infraestrutura e pessoal, esse avanço pode perder sua efetividade e contribuir para o aumento da evasão escolar (Daros, 2019, 2023; TCU, 2024). O mesmo ocorre com a efetividade da nova Política Nacional de Assistência Estudantil, que prevê diversos programas, mas cuja implementação depende de aumento orçamentário (Entrevistadas 4 e 5).

O mapeamento de processos e resultados do PNAES nas cinco instituições analisadas ressalta a abrangência e pluralidade das ações de assistência estudantil. Esses achados reforçam a necessidade de um sistema estruturado de monitoramento, capaz de acompanhar as atividades, avaliar os resultados e subsidiar melhorias nas políticas. Além disso, ratificam a complexidade apontada por Poister (2015) e Frederickson e Frederickson (2007), para se gerenciar e monitorar

programas em ambientes de redes, onde desafios adicionais como a descentralização e variações na implementação impõe obstáculos até mesmo para a efetividade das ações.

Após compreender o funcionamento do programa, a análise seguinte concentrou-se no processo de monitoramento das políticas de assistência, principal foco deste estudo. Na Tabela 5 constam as unidades de registro e de contexto que compõem a categoria de análise referente ao monitoramento e avaliação:

Tabela 5

Unidades de Registro e de Contexto – Categoria Monitoramento e Avaliação

Unidades de Registro	Unidades de Contexto
Ausência de um monitoramento estruturado da Assistência Estudantil	“O monitoramento hoje é o nosso grande desafio. A gente ainda não conseguiu avançar.”
	“Não acompanhamos adequadamente o quanto o aluno que recebe o benefício realmente se mantém e isso tem me incomodado.”
	“Mas, assim, falar que nós temos um monitoramento efetivo hoje, não, isso é uma das questões que nós temos que aprimorar bastante.”
	“O nosso monitoramento ainda é bastante frágil e funciona de forma reativa, em resposta às solicitações de órgãos de controle, não é algo regular.”
	“Hoje a gente não tem uma política de monitoramento. Isso é feito pontualmente por alguns assistentes sociais.”
Ferramentas e Práticas de Monitoramento da Assistência Estudantil	“O que a gente já fez foram fóruns de avaliação com os estudantes.”
	“O Observatório da Assistência Estudantil e o Painel de Orçamento são ferramentas de acompanhamento das ações executadas pelos <i>campi</i> .”
	“O sistema de pagamento integrado ao SIGA permite acompanhar os auxílios concedidos a cada aluno, mas sua eficácia depende da atualização regular pelas unidades.”
	“Temos relatórios sobre alunos atendidos, recursos gastos e ações realizadas, mas faltam análises mais aprofundadas sobre a trajetória dos beneficiários.”
	“Um campus tem uma equipe que monitora frequência e desempenho dos beneficiários, enquanto outro elabora relatórios semestrais detalhando evasão e retenção entre beneficiários.”
Desafios para o monitoramento	“A falta de pessoal dedicado ao processo de monitoramento das políticas de assistência estudantil impede sua implantação.”
	“A ausência de profissionais capacitados e a falta de conexão entre os diversos sistemas dificultam a consolidação de uma rotina eficiente de monitoramento.”
	“A falta de pessoal limita a alimentação regular do sistema pelos <i>campi</i> e impede a realização de melhorias no sistema de monitoramento.”
	“A falta de critérios claros sobre quais indicadores monitorar, assim como a dificuldade de conscientizar a equipe sobre a importância do monitoramento.”
	“O sistema atual exige muita entrada de dados, mas não aproveita informações já fornecidas, gerando duplicidade de trabalho e falta de dados analíticos para indicadores importantes.”

Nota. Elaborada pela autora.

A análise dos dados evidencia a ausência de um monitoramento estruturado e sistemático das políticas de assistência estudantil nos cinco IFs estudados, apesar de serem as

instituições com a maior demanda de assistência estudantil de cada região do país, devido ao perfil do público atendido.

Embora existam ferramentas como o Observatório da Assistência Estudantil, o Painel de Orçamento e o Sistema de Pagamento integrado ao SIGA, sua eficácia é limitada por desafios estruturais e operacionais, como a falta de pessoal capacitado, a desconexão entre sistemas e a ausência de critérios claros para indicadores-chave. Essa última lacuna é evidente tanto no decreto que instituiu o PNAES quanto nos regulamentos das instituições e na nova Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil, que prevê um Sistema Nacional de Informações e Controle, mas ainda sem detalhamento suficiente.

Essas ferramentas identificadas podem ser classificadas como painéis de informações, representando o terceiro dos quatro elementos destacados por Januzzi (2016) como fundamentais para a construção de SM&A. No entanto, para que esses painéis cumpram sua finalidade de forma significativa, é essencial contar com informações relevantes, especialmente na forma de indicadores bem definidos e consistentes. Esses indicadores devem ser adequadamente estruturados para alimentar os painéis, possibilitando o acompanhamento regular e eficaz dos programas e ações.

A sobrecarga na entrada de dados, sem reaproveitamento eficiente das informações, e a dificuldade em realizar análises aprofundadas sobre a trajetória dos beneficiários comprometem decisões estratégicas. Segundo a Entrevistada 2, “a gente tem muito dado, mas trata pouco esses dados”, exemplificando o “paradoxo da escassez na abundância” (Januzzi, 2016, 2022). As entrevistas destacam ainda a necessidade de conscientizar as equipes sobre a relevância do monitoramento, muitas vezes visto apenas como exigência de órgãos de controle. A Entrevistada 4 defende priorizar a avaliação do impacto das políticas na permanência e sucesso dos estudantes, em detrimento a focar em auditorias.

Nesse contexto, Lehtonen (2015) destaca que a atividade de monitoramento desempenha múltiplas funções, incluindo a avaliação de desempenho, a melhoria na tomada de decisões e o fortalecimento do controle e da responsabilização. No entanto, é fundamental que seu foco permaneça na efetividade das ações do programa para os beneficiários, garantindo que o monitoramento contribua para aprimorar os resultados e não se limite apenas a aspectos burocráticos.

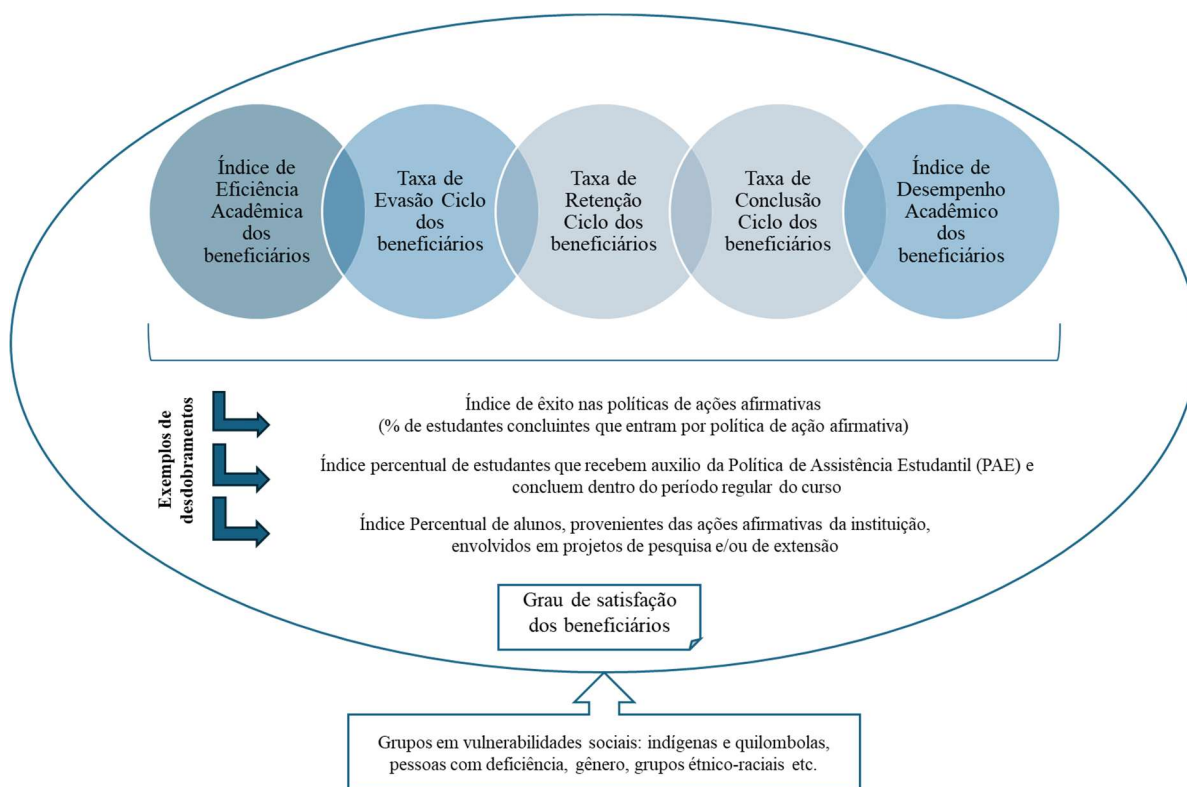
Na busca por indicadores-chave para um sistema de monitoramento eficaz, constatou-se que, apesar da ausência de um monitoramento sistemático, os Planos de Desenvolvimento

Institucional (PDI) das unidades investigadas apresentam indicadores relacionados à assistência estudantil, permanência e êxito dos estudantes. O IFMS, por exemplo, conta com um detalhado *Manual de Indicadores do PDI 2024-2028*, abrangendo perspectivas de estudantes, servidores, gestão e infraestrutura. Por outro lado, o IFCE optou por utilizar os indicadores definidos pela Setec/MEC, em vez de criar indicadores próprios, argumentando que essa escolha facilita comparações entre IFs, fomenta a troca de boas práticas, simplifica a coleta de dados e permite focar na análise dos resultados.

Nesse sentido, cinco indicadores principais foram identificados como recorrentes nos documentos institucionais e nas entrevistas, sendo fundamentais para a construção de diretrizes nacionais, tendo em vista seu alinhamento com os objetivos das políticas de assistência estudantil. A Figura 7 apresenta esses achados, com foco em indicadores finais, isto é, diretamente ligados ao alcance dos resultados esperados (Henry, 2001; Ramos & Schabbach, 2012; Thoenig, 2000).

Figura 7

Indicadores-chave de Resultados



Nota. Elaborada pela autora.

Conforme explica o manual metodológico da Plataforma Nilo Peçanha, a Taxa de Conclusão Ciclo mede o percentual de concluintes em relação às matrículas vinculadas a ciclos concluídos no ano anterior ao de referência; a Taxa de Evasão Ciclo avalia o percentual de evadidos nas mesmas condições; e a Taxa de Retenção Ciclo mensura o percentual de matriculados retidos por ultrapassarem o período previsto para integralização do curso, acrescido de um ano. O Índice de Eficiência Acadêmica afere a taxa média de conclusão dos cursos, considerando no cálculo um percentual de estudantes retidos que posteriormente finalizam os cursos (PNP, 2024).

Com isso, esses quatro indicadores já estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (Apêndice B), contudo, a falta de dados segregados e específicos sobre os beneficiários das ações de assistência estudantil e os estudantes oriundos de ações afirmativas, por exemplo, compromete a efetividade do monitoramento. Tais informações são indispensáveis para desenvolver um sistema de acompanhamento bem estruturado, capaz de avaliar com precisão os resultados e impactos dessas políticas, além de oferecer informações organizadas e relevantes para diferentes usuários, conforme orienta Januzzi (2014, 2016).

O Índice de Desempenho Acadêmico ainda carece de discussões entre as instituições para definir sua mensuração, pois não está institucionalizado. Embora frequentemente associado às notas nas disciplinas, ele abrange dimensões simbólicas da assistência estudantil que precisam ser consideradas. Assim, estudos como os de Vieira et al. (2017) e Silva (2022) podem subsidiar essas reflexões e definições.

Os cinco indicadores-chave apresentados estão diretamente relacionados ao conceito de "mapeamento da trajetória acadêmica", definido pelo IFRS em seu PDI. Esse mapeamento abrange métricas como taxas de aprovação, retenção, evasão, trancamentos, cancelamentos, concluintes no tempo regular, transferências, extrapolação do tempo de integralização, frequência às aulas, médias de notas e participação dos estudantes em diferentes espaços institucionais, sendo essas informações estratégicas para o acompanhamento dos programas e ações.

A escolha desses indicadores está alinhada à literatura, que aponta o índice de evasão como o mais utilizado para monitorar políticas de permanência, ao passo que ressalta que a conclusão no tempo regular e o desempenho acadêmico são fatores cruciais a serem analisados (Silva & Sampaio, 2022). Esses índices permitem desdobramentos para avaliar o resultado e o impacto das ações. O PDI do IFMS, por exemplo, inclui indicadores como o percentual de estudantes com auxílio que concluem no tempo regular, abordagem defendida por Erwin et al.

(2021), que ressalta os benefícios da redução do tempo de conclusão para estudantes e instituições, além do índice de êxito em ações afirmativas, medindo o percentual de alunos que ingressaram por essas ações e concluíram sua formação.

Além dessas ramificações, a segmentação das informações por grupos em situação de vulnerabilidade social e a avaliação do grau de satisfação dos beneficiários, como sugerido pelos entrevistados, são etapas essenciais para um planejamento mais preciso e estratégias de intervenção mais eficazes. Afinal, conforme Januzzi (2016), sistemas de monitoramento demandam fontes diversificadas de dados para gerar indicadores com real valor explicativo.

Para encerrar esse capítulo de resultados e discussões, as entrevistas finalizaram com o pedido de sugestões para o aprimoramento das ações de assistência estudantil em IFs. A Tabela 6 apresenta as oito sugestões mais recorrentes, organizadas por temas principais:

Tabela 6

Sugestões para o Aprimoramento da Assistência Estudantil nos IFs

Temas Principais	Sugestões
Infraestrutura e Gestão Institucional	Ampliar o quadro de pessoal das instituições
	Estruturar pró-reitorias de assuntos estudantis nas instituições
	Criar sistema unificado da assistência estudantil, inspirado no modelo do Programa "Pé de Meia".
Orçamento	Criar estrutura específica na Setec/MEC para se dedicar às políticas de assistência estudantil
	Ampliar o orçamento da assistência estudantil
Políticas Públicas e Governança	Criar rubricas específicas para alimentação e transporte escolar na RFEPCT
	Fomentar o diálogo entre diferentes políticas públicas
Planejamento Estratégico e Padronização	Elaborar diretrizes nacionais para o monitoramento das ações
	Debater o espaço da assistência estudantil na RFEPCT
	Estabelecer padronização mínima das ações de assistência estudantil, respeitando as especificidades

Nota. Elaborada pela autora.

A discussão sobre o estabelecimento de diretrizes gerais pela Setec/MEC para o monitoramento da assistência estudantil nos IFs ressaltou a necessidade de a Secretaria reconhecer a importância dessa área. Foi apontada a ausência de uma unidade específica em sua estrutura organizacional, como uma Diretoria de Assuntos Estudantis, que permita diálogo

direto sobre políticas de assistência estudantil com as instituições, o que dificulta a criação de diretrizes efetivas (Entrevistada 5).

Foi sugerida, também, a criação de um sistema unificado de monitoramento, capaz de suprir a carência de ferramentas e recursos nas instituições e de estabelecer um padrão mínimo entre elas. Ressaltou-se que a Setec/MEC deve não apenas exigir o monitoramento, mas também fornecer os meios necessários para a coleta e análise de dados (Entrevistada 3). Esse desafio, abordado por Poister (2015), reflete as dificuldades em desenvolver sistemas de monitoramento em ambientes de rede. Como solução, o autor defende sistemas híbridos, que combinem uma estrutura básica comum com flexibilidade para adaptação a contextos específicos, uma abordagem especialmente viável para os IFs.

2.5 Conclusões e Recomendações

Este estudo explorou a situação atual do monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, a partir do PNAES, buscando entender como essas ações estão sendo monitoradas e identificar mecanismos e ferramentas utilizados, além de boas práticas, lacunas e desafios, que auxiliem na proposição de diretrizes nacionais para esse processo.

Os resultados indicaram que as ações de assistência estudantil nos IFs são caracterizadas por uma pluralidade de estratégias e fluxos processuais, refletindo a diversidade institucional e reforçando a consequente complexidade de se implementar um monitoramento em um ambiente de rede heterogêneo. Problemas como a ausência de políticas específicas para transporte e alimentação escolar, diretamente relacionadas à permanência dos estudantes, foram identificados como desafios críticos. Por outro lado, foi destacada a preocupação das instituições com a formação integral dos estudantes, reconhecendo a evasão escolar como um fenômeno multifatorial que demanda ações intersetoriais.

A pesquisa também ratificou a inexistência de um sistema estruturado de monitoramento nas instituições, com ações pontuais frequentemente voltadas para atender a demandas de órgãos de controle, sem foco nos impactos das políticas executadas. As razões para essa lacuna incluem a falta de pessoal capacitado e de sistemas de gestão eficientes, além da ausência de critérios claros para indicadores. Apesar disso, os PDIs das instituições já apresentam indicadores relacionados à assistência estudantil, sugerindo potencial para avanços, assim como os cinco gestores entrevistados externaram o desejo institucional de estabelecer estruturas de monitoramento eficazes.

Cinco indicadores-chave foram sistematizados para o monitoramento das políticas: índice de eficiência acadêmica, índice de desempenho acadêmico, taxa de conclusão ciclo, taxa de retenção ciclo e taxa de evasão ciclo. Com exceção do índice de desempenho acadêmico, para o qual se sugeriu discussões mais aprofundadas entre as instituições, todos já estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, mas sem segregação de dados em relação aos beneficiários da assistência estudantil e de ações afirmativas, aspecto considerado essencial.

Boas práticas foram identificadas, como o uso do CadÚnico pelo IFRS para agilizar o processo de seleção dos beneficiários. No monitoramento, destaca-se o Observatório da Assistência Estudantil do IFCE, um painel que fornece dados relevantes para a gestão, planejamento e acompanhamento, apesar de ainda não integrar um monitoramento sistemático das ações. A participação discente nas discussões que envolvem o planejamento, a alocação de recursos e o acompanhamento das políticas de assistência estudantil no IFSULDEMINAS também é um ponto a ser destacado como uma boa prática a ser replicada pelas demais instituições. As sugestões de melhorias para a assistência estudantil incluem a criação de uma estrutura específica na Setec/MEC dedicada a essa pauta para dialogar com as instituições, além do desenvolvimento de um sistema unificado e integrado para a gestão das ações de assistência.

Com base nos resultados, recomenda-se que a Setec/MEC, com o apoio das instituições, implemente diretrizes nacionais para o monitoramento das políticas de assistência estudantil nos Institutos Federais, padronizando uma estrutura mínima que facilite comparações entre os *campi* e as instituições, promova a troca de boas práticas, simplifique a coleta e análise de dados, e otimize recursos para focar na interpretação dos resultados, sem desconsiderar a necessidade de flexibilidade para que cada Instituto adapte a estrutura a sua realidade local.

Dentre as limitações de pesquisa, destacam-se a análise restrita a cinco IFs, apesar de as cinco regiões do país estarem representadas, e a ausência da perspectiva dos beneficiários no estudo. Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a análise para mais IFs, incluir percepções de beneficiários e demais atores envolvidos no monitoramento dessas políticas, e explorar correlações entre os cinco indicadores-chave e resultados educacionais, propondo novos desdobramentos.

Diante do exposto, acredita-se que os resultados desta pesquisa servirão como base inicial para o diagnóstico das ações de monitoramento a serem implementadas nos IFs, contribuindo para o desenvolvimento de um instrumento que otimize a tomada de decisões pelos gestores, evidencie o valor das políticas de assistência estudantil na vida dos beneficiários e fortaleça seu papel como ferramenta de inclusão social por meio da educação.

3 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO – FRAMEWORK DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUTOS FEDERAIS

3.1 Introdução

A avaliação e o monitoramento devem atuar de forma complementar em um sistema integrado, gerando informações essenciais para o aprimoramento de programas e projetos, sendo fundamentais para alcançar os resultados almejados, promover a aprendizagem coletiva e subsidiar a tomada de decisões baseadas em dados gerenciais (Santos & Raupp, 2015). Monitorar possibilita aprender com a experiência, identificar o que funciona e o que não funciona, corrigir erros, evitar desperdícios e promover transparência, permitindo que outros atores e cidadãos acompanhem o andamento das iniciativas (Joppert & Silva, 2012).

Nessa seara, a primeira parte desta dissertação analisou a situação do monitoramento das políticas de assistência estudantil em cinco Institutos Federais (IFs), abrangendo todas as regiões do país. O estudo mapeou processos e resultados dessas políticas a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), identificando instrumentos de monitoramento, boas práticas, lacunas e desafios, com a perspectiva de orientar possíveis diretrizes nacionais sobre a temática. Os resultados evidenciaram a diversidade de estratégias nos IFs e a ausência de um monitoramento estruturado, agravada por fatores como escassez de pessoal, falta de critérios claros para indicadores e ausência de sistemas de gestão eficientes. Ademais, foram sistematizados cinco indicadores-chave para o monitoramento das ações, além de sugestões para o aprimoramento da assistência estudantil.

Com base nesse diagnóstico, este Produto Técnico-Tecnológico (PTT) propõe uma intervenção fundamentada em evidências teórico-empíricas para estruturar um sistema nacional de monitoramento das políticas de assistência estudantil nos IFs. O framework desenvolvido integra uma revisão bibliográfica e documental aprofundada, aliada às práticas adotadas nos IFs e a boas práticas identificadas em guias de monitoramento. A metodologia segue um ciclo de planejamento, coleta e análise de dados, identificação de necessidades e implementação de soluções, promovendo uma integração dinâmica entre teoria e prática (Koerich et al., 2009; Thiollent, 2018). Acredita-se que essa estrutura conceitual pode somar para o fortalecimento da efetividade da assistência estudantil, contribuindo para a democratização do acesso e permanência dos estudantes na educação pública federal.

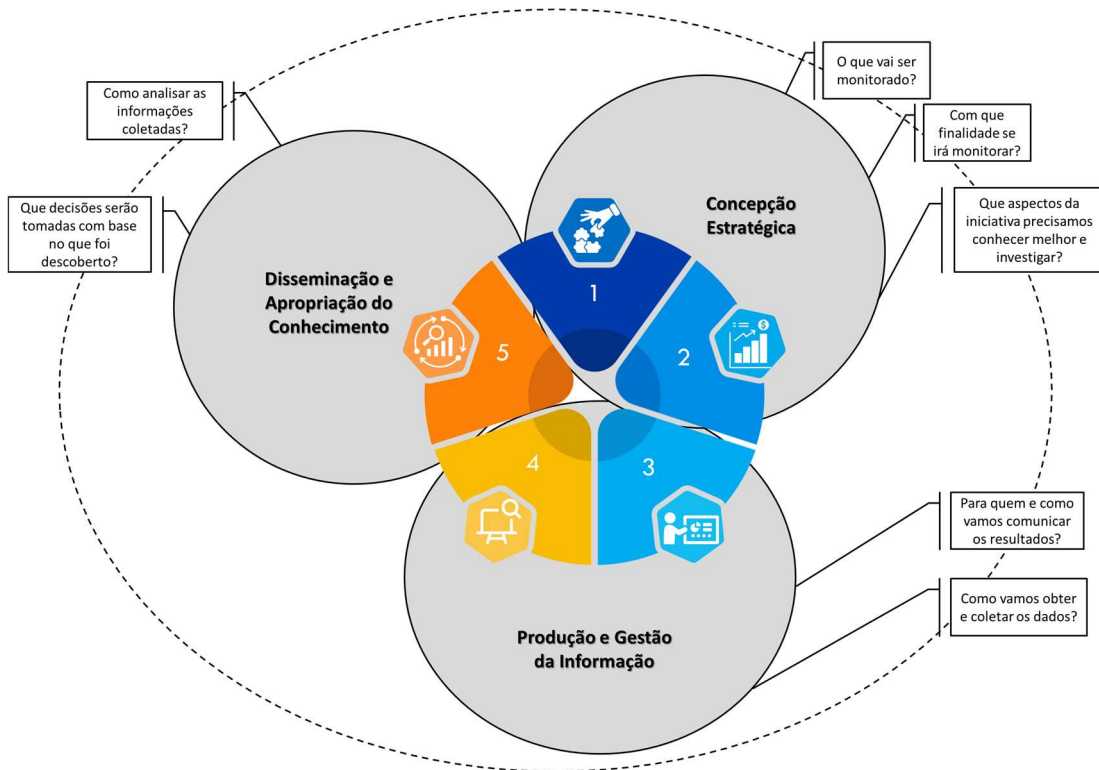
3.2 Descrição Geral do Framework de Monitoramento das Políticas de Assistência Estudantil em Institutos Federais

3.2.1 Introdução

Este framework oferece uma estrutura conceitual para a implantação de um sistema de monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, abrangendo as etapas essenciais do processo: planejamento, definição de indicadores-chave, elaboração de painéis, identificação de fontes de informação para o acompanhamento regular e estratégias de análise e disseminação de dados, conforme ilustrado na Figura 8:

Figura 8

Estrutura Conceitual de Monitoramento da Assistência Estudantil



Nota. Elaborada pela autora.

De maneira prática, esta ferramenta sugere rotinas para o processo de monitoramento, a saber: 1) coleta regular de dados; 2) processamento e transmissão dos dados; 3) produção de indicadores baseados nos dados coletados; e 4) acompanhamento e análise desses indicadores.

Cada instituição pode adotar essa estrutura como ponto de partida para criar ou complementar seus sistemas de monitoramento. Entretanto, o ideal é que o framework seja institucionalizado pela Setec/MEC como uma diretriz nacional para o monitoramento das

políticas de assistência estudantil, promovendo sistemas híbridos que combinem métricas gerais obrigatórias com medidas específicas adaptadas às realidades locais, conforme sugere a literatura, reconhecendo a diversidade dos IFs, sua autonomia, os desafios regionais e o contexto específico da assistência estudantil.

Assim, é essencial destacar que a execução do PTT exige uma consulta detalhada ao arcabouço teórico relacionado ao monitoramento e avaliação de políticas públicas, além da análise cuidadosa dos regulamentos e instrumentos institucionais, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs). Considerar essas especificidades é fundamental para assegurar um monitoramento eficaz e adaptado às realidades e demandas de cada IF.

A proposta foi desenvolvida a partir da literatura contemporânea especializada em monitoramento e avaliação de políticas públicas, aliada às práticas já existentes em IFs, especialmente em relação a indicadores previstos nos PDIs, amplamente utilizados para fins similares, conferindo robustez à proposta. Também foram incorporados princípios de guias de monitoramento e estudos realizados em Universidades Federais, que, assim como os IFs, executam o PNAES e a Política Nacional de Assistência Estudantil. Isso confere ao framework uma abordagem multidimensional, prática e alinhada às experiências de sucesso em monitoramento.

Mais do que aprimorar o monitoramento das ações de assistência estudantil, esta ferramenta busca promover uma cultura de avaliação contínua, assegurando que as políticas estejam alinhadas aos objetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil e gerem os impactos esperados na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes. Com isso, torna-se possível compreender como as políticas afetam a vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo ajustes e melhorias contínuas que maximizem seus benefícios.

O framework estruturado neste estudo é composto por cinco fases, organizadas em três dimensões para tornar sua aplicação mais didática e eficaz. A primeira dimensão, denominada concepção estratégica, compreende as fases de planejamento (fase 1) e definição dos indicadores a serem monitorados (fase 2). Essa dimensão busca responder a questões fundamentais, como: O que será monitorado? Com que finalidade? Quais aspectos precisam ser melhor compreendidos?

A segunda dimensão, denominada produção e gestão da informação, abrange as fases de elaboração de painéis de indicadores (fase 3) e identificação de fontes de informação (fase

4). Aqui, as perguntas norteadoras são: Para quem e como os resultados serão comunicados? Como os dados serão obtidos e coletados?

Por fim, a terceira dimensão, chamada disseminação e apropriação do conhecimento, concentra-se na fase de análise das informações (fase 5), abordando questões como: Como interpretar os dados coletados? Quais decisões podem ser tomadas com base nessas descobertas? Essa última etapa assegura que o monitoramento não se limite à coleta de informações, mas se traduza em aprimoramentos concretos para a assistência estudantil em Institutos Federais.

3.2.2 Fase I – Planejamento

A etapa de planejamento de um sistema de monitoramento para as políticas de assistência estudantil nos IFs deve ser guiada por questões fundamentais, como: O que será monitorado? Com que finalidade o monitoramento será realizado? Quais aspectos da iniciativa devem ser investigados?

De acordo com Januzzi (2016), cada programa ou política pública exige um sistema de monitoramento alinhado ao seu desenho de intervenção e modelo de gestão. Logo, nesta fase, é essencial compreender a lógica da política e o fenômeno a ser monitorado, definindo as dimensões relevantes para análise. O foco central é assegurar que o monitoramento esteja direcionado para contribuir com o alcance dos objetivos dos programas e ações, promovendo uma análise focada e efetiva.

3.2.2.1 Comece pelo Porquê

O monitoramento vai além de uma ferramenta técnica; é uma prática estratégica essencial para assegurar a efetividade das políticas públicas. Ele mantém as ações governamentais alinhadas às suas metas, promovendo maior impacto social e uso responsável dos recursos públicos. Quando utilizado sistematicamente, o monitoramento consolida uma administração pública mais responsiva, transparente e orientada a resultados.

Nesse contexto, questões-chave que o monitoramento e a avaliação devem responder incluem: As políticas de assistência estudantil estão contribuindo para a permanência dos estudantes? Em que medida os objetivos estão sendo alcançados? Os beneficiários estão concluindo seus cursos no tempo adequado? Como está o desempenho acadêmico desses estudantes?

Tais questionamentos, alinhados aos objetivos e impactos esperados norteiam o que deve ser monitorado, definindo os objetos e dimensões do monitoramento e determinando os indicadores necessários. Em última instância, esses indicadores serão a base para avaliar os efeitos e a efetividade das políticas implementadas e fornecerão subsídios para a tomada de decisão.

Nessa linha, é crucial sensibilizar os servidores dos IFs sobre a importância do monitoramento e seu propósito real nas políticas de assistência estudantil, afastando uma visão exclusivamente fiscalizatória e punitiva. Para isso, estratégias como a elaboração de manuais e cartilhas, a realização de capacitações e seminários sobre monitoramento e avaliação podem integrar essas práticas ao cotidiano das instituições, promovendo maior engajamento.

Compreender a diferença entre monitoramento, avaliação e controle é igualmente importante. Enquanto o controle foca na legalidade dos atos administrativos, o monitoramento e a avaliação concentram-se na qualidade da gestão. Monitorar e avaliar as políticas de assistência estudantil nos IFs tem como objetivo principal o aprimoramento do desenho e gestão dessas políticas, bem como a produção de evidências sobre seu mérito e valor para a permanência e o sucesso dos estudantes. Assim, o monitoramento pode, complementarmente, fornecer informações relevantes para atividades de controle.

3.2.2.2 Definição do Objeto de Monitoramento

Entender o foco e as razões para realizar o monitoramento é apenas o primeiro passo. O próximo é aprofundar-se no objeto a ser monitorado, investigando minuciosamente sua legislação, os recursos disponíveis (humanos, financeiros e físicos), os recursos consumidos (materiais e imateriais), seu funcionamento operacional — ou seja, as atividades e procedimentos realizados em cada etapa — e os resultados esperados em cada uma delas.

Esse conhecimento detalhado permite aos gestores delimitar com precisão as dimensões relevantes para o monitoramento, respondendo à questão inicial: Por que monitorar? Para isso, é essencial recuperar o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) do programa. Esse instrumento apresenta, de forma estruturada, os objetivos para os quais a política foi criada, seus processos estratégicos, fluxos internos, agentes envolvidos, público-alvo e o contexto de operação. Esse mapeamento facilita a seleção de indicadores-chave, a organização desses indicadores em painéis orientados para diferentes usuários e, posteriormente, a definição de rotinas periódicas para atualização das informações.

Um modelo lógico bem definido não apenas esclarece os conceitos que fundamentam a política, como também orienta a identificação das informações mais relevantes para o seu monitoramento. Ainda, estabelece pressupostos essenciais para a escolha de indicadores, como o princípio da impessoalidade.

Dessa forma, é crucial que cada IF desenvolva seu próprio MaPR para as políticas de assistência estudantil, considerando a diversidade de realidades que caracteriza essas instituições, fruto de sua autonomia e territorialidade. Esse mapeamento permitirá não apenas a implantação de sistemas de monitoramento mais eficazes e adaptados às particularidades locais, mas também subsidiará a Setec/MEC com uma visão abrangente das práticas institucionais, possibilitando a proposição de ações e estratégias alinhadas à realidade dos IFs.

3.2.3 Fase II – Definição de Indicadores-chave

Para traduzir a realidade de forma mensurável em um sistema de monitoramento, é indispensável estabelecer indicadores que possam ser operacionalizados. Esses indicadores devem oferecer informações claras e de fácil comunicação, ser específicos para verificar se a política atingiu seus objetivos, ter mensuração e coleta acessíveis, ser relevantes para o que se pretende medir, além de possuir periodicidade regular e metas realistas e alcançáveis.

Os indicadores de monitoramento atuam como uma “filmagem” do processo de transformação social desencadeado pela política pública, avaliando o uso dos recursos, a execução das atividades, a entrega dos produtos e os efeitos gerais do programa. Não são necessários muitos indicadores para que o sistema de monitoramento seja eficiente; o essencial é que os dados sejam relevantes, organizados para diferentes públicos e permitam análises comparativas ao longo do tempo e entre unidades, como *campi* ou IFs.

A pesquisa sistematizou cinco indicadores-chave, alinhados aos objetivos do PNAES que, inclusive, foram incorporados à nova Política, conforme consta na Tabela 7:

Tabela 7

Indicadores-chave Finais para o Monitoramento da Assistência Estudantil

Indicadores-chave	Descrição	Objetivos
Taxa de Evasão por Ciclo	Mede o percentual de evadidos em relação às matrículas dos ciclos concluídos no ano anterior ao de referência	I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
Taxa de Retenção por Ciclo	Mede o percentual de matriculados retidos por	II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e

	excederem o prazo previsto de integralização do curso, acrescido de um ano, em relação às matrículas dos ciclos concluídos no ano anterior ao de referência	regionais na permanência e conclusão da educação superior;
Taxa de Conclusão por Ciclo	Mede o percentual de concluintes em relação às matrículas dos ciclos encerrados no ano anterior ao de referência	III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
Índice de Eficiência Acadêmica	Mede a taxa média de conclusão dos cursos, considerando no cálculo um percentual de estudantes retidos que posteriormente finalizam os cursos. Considera apenas matrículas com término previsto no ano anterior ao de referência	
Índice de Desempenho Acadêmico	Mede a taxa de desempenho dos estudantes, com base em critérios acadêmicos, frequentemente relacionados ao rendimento escolar	

Nota. Elaborada pela autora.

Desses cinco indicadores-chave, apenas o de desempenho acadêmico ainda não está institucionalizado na Plataforma Nilo Peçanha, demandando uma discussão entre as instituições para definir a melhor forma de estruturá-lo. Silva (2022) identificou uma tendência de se associar o desempenho acadêmico ao cálculo do coeficiente de rendimento escolar, mas reconhece que a análise do desempenho acadêmico vai além do simples cálculo de coeficientes, estando inserida em um contexto mais amplo que envolve programas que buscam identificar e tratar questões psicológicas, sociais, pedagógicas e outras que podem influenciar a retenção, evasão e baixo rendimento acadêmico.

Adicionalmente, destaca-se que os indicadores analisados "por ciclo" diferem daqueles baseados em dados estatísticos do ano de referência, pois consideram informações agrupadas por ciclos de matrícula. Um ciclo de matrícula corresponde à oferta de um curso com carga horária definida, mesma data de início e previsão de término, englobando matrículas de alunos com o mesmo objetivo de certificação ou diploma. A análise desses indicadores "por ciclo" leva em conta a situação de matrícula dos alunos cujo término do ciclo estava previsto para o ano anterior ao de referência.

Para um acompanhamento mais imediato que possibilite o planejamento de ações tempestivas voltadas à permanência dos estudantes, sugere-se, além da evasão por ciclo, o

monitoramento da evasão anual. Esse indicador mede o percentual de matrículas que perderam vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso, em relação ao total de matrículas ativas.

Embora fundamentados no PNAES, esses indicadores permanecem atuais e ajustados à Política Nacional de Assistência Estudantil, que ampliou os objetivos do programa original. Sobre os novos elementos incorporados por esta última, cabe às instituições definirem as ações relacionadas e, a partir disso, estabelecer os elementos que serão monitorados.

Como exemplo, a sugestão de segmentar os indicadores por grupos vulneráveis pode ajudar no acompanhamento de ações destinadas a alunos estrangeiros. Várias instituições já oferecem auxílios financeiros e direcionam orçamentos significativos para iniciativas como os Jogos dos Institutos Federais (JIFs), demonstrando a viabilidade de incluir indicadores que avaliem esses investimentos e o número de alunos atendidos. Para iniciativas de formação, extensão e pesquisa, um ponto de partida pode ser a Portaria Setec/MEC n. 299, de 6 de maio de 2022, que estabelece indicadores nessas áreas.

Além desses indicadores focados nos resultados, a pesquisa teórico-empírica identificou indicadores intermediários, relacionados a recursos, produtos e processos das políticas de assistência estudantil. Esses também podem ser desenvolvidos pelas instituições para integrar a metodologia proposta, conforme constante na Tabela 8:

Tabela 8

Indicadores-chave Intermediários para o Monitoramento

Indicadores de Recursos
% de satisfação sobre a infraestrutura oferecida
% rotatividade interna e externa nas equipes da AE
% orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade
Quantitativo de <i>campi</i> que possuem informatização dos processos de AE.
Indicadores de Processos e Produtos
% de estudantes que participam de Comissões, Comiês, Conselhos, Colegiados etc.
% de Comissões, Comitês, Conselhos e Colegiados que possuem participação estudantil
Índice percentual de estudantes da educação básica atendidos pela alimentação escolar
Índice Percentual de estudantes beneficiados com auxílio envolvidos em ações de extensão
Índice de atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas

Índice de atividades de extensão com a temática de diversidade e/ou inclusão (Taxa)

Número de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde dos estudantes

Nota. Elaborada pela autora.

A construção de indicadores passa pela seleção de variáveis em bases de dados disponíveis. Em seguida, o cálculo é realizado com base na definição conceitual, fórmula matemática e programação dos dados, que podem ser oriundos de diferentes bancos e fontes externas, em diversos formatos. Para isso, é necessário o uso de ferramentas computacionais para coletar, processar e apresentar as informações em formatos adequados ao tipo de programa monitorado.

Definir indicadores exige clareza sobre os objetivos e a lógica do programa. Esses indicadores devem refletir os fenômenos que se pretende monitorar ou as condições mais relevantes para o programa, com periodicidade e níveis de agregação bem definidos, permitindo comparações consistentes ao longo do tempo e entre unidades.

Para finalizar essa etapa, importa orientar que a inclusão de estratégias que mensurem a percepção dos beneficiários nos processos de monitoramento da assistência estudantil é essencial para avaliar de forma mais ampla e precisa o impacto das ações desenvolvidas. A satisfação dos estudantes, além de ser um importante resultado esperado dessas políticas, fornece indicadores valiosos sobre a eficácia das estratégias implementadas e a adequação dos serviços oferecidos às suas reais necessidades. Por meio do *feedback* dos beneficiários, as instituições podem identificar lacunas, ajustar práticas e planejar intervenções mais alinhadas à realidade dos estudantes. Essa abordagem participativa também fortalece o sentimento de pertencimento dos alunos e promove a transparência, contribuindo para a consolidação de políticas mais inclusivas e eficazes.

3.2.4 Fase III – Elaboração de Painéis de Indicadores

Após a definição dos indicadores-chave do sistema, o próximo passo é desenvolver painéis informativos que comuniquem e deem visibilidade a esses dados, organizando-os de acordo com o nível de relevância operacional ou estratégica para os diferentes perfis de gestores. Por exemplo, para os servidores diretamente envolvidos na execução e gestão das ações, os painéis devem apresentar informações essenciais para o desempenho eficiente de suas atividades, atualizadas com maior frequência (taxa de frequência dos alunos, notas nas

disciplinas e participação em atividades de pesquisa e extensão). Já para reitores e diretores-gerais, que atuam em um nível mais estratégico, os painéis devem oferecer uma visão holística dos macroprocessos do programa.

Outra abordagem para organizar os painéis seria agrupar os indicadores de acordo com suas finalidades: indicadores intermediários, que monitoram a regularidade e eventuais disfunções no fluxo de transformação de insumos em resultados, com foco na eficiência, eficácia e efetividade; e indicadores finais, que avaliam os resultados e impactos das intervenções, orientados para a gestão estratégica. Como referência, o Observatório da Assistência Estudantil e o Painel de Orçamento do IFCE podem servir como inspirações iniciais para os IFs desenvolverem painéis específicos relacionados à assistência estudantil.

Atualmente, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) já oferece uma visão mais abrangente e estratégica, com dados divulgados anualmente, incluindo quatro dos cinco indicadores-chave sistematizados para o monitoramento das políticas de assistência estudantil (Apêndice B). Ainda assim, sugere-se a criação de novos painéis nacionais unificados, exclusivos para a assistência estudantil, voltados para os níveis operacional e tático. Esses painéis poderão apresentar indicadores intermediários relacionados às ações de assistência, oferecendo informações mais dinâmicas e tempestivas de todos os IFs, ajustadas para diferentes públicos e necessidades. Isso não apenas complementarará os dados da PNP, como fortalecerá a gestão e transparência das políticas de assistência estudantil nos IFs.

3.2.5 Fase IV – Definição de Fontes de Informação para o Acompanhamento Regular do Programa

Os painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento devem se basear nos dados continuamente atualizados nos cadastros e registros administrados pelos gestores e operadores dos programas. Esses sistemas devem estar integrados aos sistemas informatizados de gestão, que já registram informações sobre atendimentos realizados, características dos beneficiários, processos intermediários e dados operacionais relacionados ao funcionamento do programa.

Em casos pontuais, pode ser necessário criar rotinas adicionais de coleta fora dos processos habituais, mas o foco deve estar em aproveitar as informações já geradas na operação cotidiana. Criar rotinas de registro, tanto para beneficiários quanto para agentes operacionais, pode gerar atrasos e comprometer a qualidade dos dados, resultando em registros mal preenchidos e ineficazes.

Idealmente, um sistema nacional integrado será alimentado pelas instituições com os dados acordados, gerando automaticamente *dashboards* que facilitem o acompanhamento e análise dos indicadores. Para garantir a regularidade desse processo, a Setec/MEC poderá estabelecer condicionalidades para o envio das informações, como vincular a atualização dos dados ao processo de pactuação de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com as instituições.

Entre os desafios observados nas unidades investigadas na pesquisa teórico-empírica, destacou-se a ausência de um sistema de gestão integrado e eficiente para as políticas de assistência estudantil. As instituições sugeriram que a Setec/MEC desenvolva um sistema unificado, inspirado no modelo nacional utilizado pelo Programa Pé de Meia, para atender às necessidades específicas da assistência estudantil.

Enquanto os sistemas institucionais são aprimorados, é possível utilizar métodos como questionários, entrevistas, observação direta e grupos focais para coletar informações sobre a trajetória acadêmica dos estudantes. Para garantir a regularidade e a padronização dos fluxos, recomenda-se o estabelecimento de um protocolo específico para essas atividades, assegurando que as informações sejam coletadas de forma consistente e alinhada aos objetivos do monitoramento.

3.2.6 Fase V – Definição de Estratégias de Análise e Disseminação das Informações

A análise dos dados de monitoramento é a fase final do framework e desempenha um papel crucial para a extração de *insights* relevantes que servirão de base para a avaliação da efetividade das políticas de assistência estudantil. Como estratégias de análise, pode-se utilizar, dentre outras:

a) **Análise Descritiva:** Comece por descrever os dados coletados para identificar padrões gerais em relação às taxas de permanência, evasão, desempenho acadêmico e acesso aos benefícios. Por exemplo, relacione as disciplinas/componentes curriculares com maior e menor índice de retenção assim como os cursos com maior e menor índice de retenção e índice de concluintes. Essa análise inicial ajuda a delinear o cenário geral da assistência estudantil.

b) **Análise Comparativa:** Compare os dados entre diferentes períodos, grupos, *campi* e até instituições. Por exemplo, avalie indicadores como desempenho acadêmico ou taxa de evasão antes e após a implementação de determinadas ações ou políticas.

c) Tendências Temporais: Utilize registros temporais (linhas de base) para acompanhar o progresso de indicadores ao longo do tempo, como desempenho acadêmico no início, meio e final do ciclo. Isso permite identificar evoluções ou retrocessos.

d) Abordagens Estatísticas:

d.1) Estatísticas Inferenciais: Utilize testes estatísticos para verificar a significância das diferenças observadas entre grupos, como ANOVA ou testes t para amostras independentes;

d.2) Modelos de Regressão: Aplique modelos para entender como diferentes variáveis (ex.: renda, gênero, acesso à internet) impactam os resultados dos beneficiários;

d.3) Análise Multivariada: Explore as interações entre múltiplos fatores, como desempenho acadêmico em função da vulnerabilidade social e do acesso aos benefícios.

Para uma análise mais estratégica, recomenda-se criar grupos de controle entre beneficiários e não beneficiários das políticas de assistência estudantil. Esses grupos fornecem parâmetros para avaliar o impacto das políticas, permitindo comparações como diferenças no desempenho acadêmico ou na participação em atividades de pesquisa, extensão e esportes. É fundamental destacar que a finalidade dessa análise não é criar *rankings* ou juízos de valor entre os grupos, mas compreender as variações e impactos gerados pela assistência estudantil.

Os dados devem ser segmentados para permitir análises específicas de grupos historicamente vulneráveis, como pretos, pardos, indígenas e quilombolas; estudantes estrangeiros; beneficiários de políticas afirmativas; estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Essa segmentação facilita a identificação de desigualdades pontuais e permite propor ações direcionadas e mais efetivas.

Por fim, tão importante quanto produzir informações é garantir sua apropriação pelos diferentes públicos-alvo. Para isso, é essencial desenvolver produtos “customizados”, ajustando o formato, o conteúdo e a complexidade às necessidades específicas de técnicos e gestores. A disseminação do conhecimento deve ir além de relatórios e documentos sintéticos, incorporando estratégias mais interativas, como palestras presenciais ou *online*, exposições de fotos, vídeos e até mesmo dinâmicas de grupo.

3.2.7 Plano de Implantação do PTT

Para auxiliar na materialização desta proposta, propõe-se o percurso metodológico a seguir exposto.

3.2.7.1 Apresentação da Metodologia e Formação de Grupo de Trabalho (GT)

A primeira etapa consiste na apresentação formal da metodologia para a Setec/MEC, acompanhada da sugestão de formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes das instituições de ensino e da Secretaria. Este GT terá a responsabilidade de discutir o modelo proposto e desenvolver um roteiro detalhado para a implementação do framework, assegurando sua aplicabilidade e adaptação às realidades institucionais.

3.2.7.2 Projeto-piloto para Validação Prática

Após a definição de uma proposta preliminar pelo GT, recomenda-se a realização de um projeto-piloto nas cinco instituições estudadas na pesquisa teórico-empírica. Durante um período mínimo de um semestre, a proposta será aplicada e testada nessas instituições, permitindo a coleta de *feedback* sobre a sua execução.

3.2.7.3 Revisão e Submissão ao CONIF e Fóruns

Com base no *feedback* obtido durante o projeto-piloto, o modelo será revisado, aprimorado e submetido à apreciação do CONIF e dos fóruns envolvidos.

3.2.7.4 Institucionalização e Divulgação

Após os ajustes necessários, a partir das sugestões do CONIF/Fóruns, a proposta será institucionalizada por meio de Portaria da Setec/ME. Em seguida, serão implementadas estratégias de divulgação para engajar as instituições, incluindo seminários, materiais informativos e apresentações, promovendo o entendimento e a adesão à metodologia.

3.2.7.5 Capacitação e Fortalecimento do Capital Humano

Tendo em vista a importância dos agentes públicos no sucesso da implementação, deverão ser promovidos treinamentos e capacitações para os gestores e equipes responsáveis pelas políticas de assistência estudantil. Esses treinamentos visam alinhar as competências às exigências do modelo, garantindo sua operacionalização eficaz.

3.2.7.6 Implantação da Cultura do Monitoramento e Revisões Periódicas

É essencial que o framework seja compreendido como um sistema dinâmico, sujeito a revisões periódicas com base nos resultados e *feedbacks* recebidos. A cultura do monitoramento será consolidada ao permitir ajustes e melhorias contínuas, garantindo que o modelo evolua conforme as necessidades das instituições e dos beneficiários.

3.2.7.7 Pontos de Atenção

Para garantir o êxito da proposta, o framework deve ser estruturado como um sistema híbrido, combinando uma base padronizada nacionalmente com a flexibilidade necessária para que cada instituição incorpore informações adicionais, alinhadas às suas necessidades e especificidades regionais. Essa abordagem permite atender à diversidade de contextos institucionais, sem comprometer a comparabilidade e a uniformização dos dados.

Além disso, um fator essencial para a efetividade da ferramenta é a avaliação da viabilidade técnica para o desenvolvimento de um sistema de gestão integrado, que facilite o monitoramento das políticas de assistência estudantil, o que pode ser realizada pelo próprio GT. Paralelamente, a Setec/MEC deve analisar estratégias para fortalecer os quadros de pessoal das equipes responsáveis pelo monitoramento e considerar a criação de uma estrutura específica na Secretaria voltada exclusivamente para os assuntos estudantis, garantindo suporte mais efetivo às instituições.

3.3 Base Teórica Utilizada

A elaboração deste PTT está fundamentada em bases teórico-metodológicas e na realidade observada em cinco IFs, representando cada região do país. Esse trabalho reflete a complexidade de combinar preceitos normativos, práticas de monitoramento e recentes contribuições acadêmicas, que se interligam para embasar a estrutura e a operacionalização deste framework.

O monitoramento de políticas públicas é essencial para acompanhar a evolução das ações e avaliar sua eficiência, eficácia e efetividade. Esse processo utiliza indicadores e ferramentas para medir o desempenho das ações implementadas e fornecer informações gerenciais que sustentam a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas (Januzzi, 2016; Souza & Costa, 2020).

No contexto dos IFs, que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o PNAES enfrentou desafios específicos relacionados à diversidade institucional, à ausência de sistemas integrados de monitoramento e à carência de dados segregados sobre os beneficiários das ações (Gomes & Passos, 2018; Taufick, 2014;). Apesar de iniciativas locais relevantes, como o uso de painéis estratégicos e acesso a bases de dados governamentais, ainda há limitações significativas na padronização e na abrangência das práticas de monitoramento (Lima, 2023).

A literatura ressalta a necessidade de sistemas de monitoramento e avaliação que aliem indicadores-chave à flexibilidade para adaptação às especificidades locais, permitindo análises robustas e comparativas entre instituições (Januzzi, 2016; Poister, 2015). Nesse sentido, Vaitsman (2009) argumenta que a produção e análise de informações qualificadas, integradas a um sistema nacional, são essenciais para o planejamento estratégico e a consolidação de políticas sociais.

Ferramentas como o MaPR, *dashboards* e indicadores claros, como os índices de eficiência acadêmica, são fundamentais para a construção de sistemas de monitoramento eficazes (Januzzi, 2016). Além disso, é crucial compreender os desafios de se monitorar em ambientes de rede heterogêneos e reconhecer as especificidades de cada contexto. Essa abordagem permite o desenvolvimento de sistemas adequados às diferentes realidades institucionais, capazes de realizar monitoramentos efetivos que forneçam bases sólidas para avaliações de impacto (Poister, 2015).

Adicionalmente, Januzzi et al. (2009) destacam que instrumentos de monitoramento devem ser alinhados ao estágio de maturidade do programa, respondendo às demandas específicas dos gestores ao longo do "ciclo de vida" da política. O desenho desses instrumentos não segue uma fórmula única, mas é orientado por boas práticas, experiências acumuladas e recomendações contextuais.

A recente sanção da Lei n. 14.914 (2024), que ampliou as diretrizes do PNAES, incluindo expressamente a educação profissional e tecnológica e redefinindo critérios de renda, representa um avanço significativo na institucionalização da assistência estudantil. No entanto, para alcançar seus objetivos, é imprescindível fortalecer as práticas de monitoramento, garantindo dados atualizados e relevantes que sustentem a gestão e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à equidade educacional (Lima & Mendes, 2020).

Além do referencial teórico, materiais de caráter prático foram essenciais para a estruturação das etapas do framework. Entre eles, destacam-se: *Monitoramento em Foco: A importância das Políticas Públicas e de conhecer o fenômeno a ser monitorado*, elaborado pelo Ministério das Cidades (2022); a *Metodologia de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Maranhão* (2020); e o *Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais* (Joppert & Silva, 2012), fruto da colaboração entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Também foi utilizado o material do curso de capacitação EAD em *Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial – Módulo 3: Monitoramento e Avaliação* (s.d.), desenvolvido em parceria pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS) e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

3.4 Relevância do Produto

3.4.1 Complexidade e Aderência

O desenvolvimento deste framework exigiu a integração de múltiplas dimensões teóricas e práticas, enfrentando a complexidade decorrente das diversas realidades institucionais dos IFs. Também vale destacar a escassez de estudos realizados especificamente no ambiente organizacional dos IFs, em comparação com as Universidades, que também executam ações de assistência estudantil em âmbito federal.

Em alinhamento à área de concentração e às linhas de atuação do PGAP/MPA/UnB, o framework se apresenta como um instrumento estratégico de monitoramento de políticas e programas públicos, com o objetivo de aprimorar a gestão pública. Ele busca promover a eficiência e a eficácia das ações de assistência estudantil, ao mesmo tempo em que se alinha aos princípios de transparência e *accountability*, fortalecendo a capacidade institucional e contribuindo para a construção de políticas públicas mais equitativas e orientadas a resultados.

3.4.2 Potencial Inovador

O PTT apresenta um significativo potencial inovador ao propor uma estrutura conceitual flexível, alinhada à literatura e às boas práticas contemporâneas, para aplicação em nível nacional em todos os IFs. Essa abordagem responde a recomendações reiteradas pelos órgãos de controle, considerando que o monitoramento nessas instituições ainda apresenta lacunas relevantes.

O foco central da proposta é direcionado aos alunos, os principais beneficiários do programa, garantindo que suas necessidades estejam no cerne do processo. A proposta combina a uniformização do monitoramento, promovendo maior eficiência e comparabilidade entre as instituições, com o respeito à autonomia e às especificidades locais, proporcionando uma implementação adaptada às realidades distintas dos IFs.

3.4.3 Aplicabilidade

O framework de monitoramento das políticas de assistência estudantil foi projetado com foco em praticidade e alta aplicabilidade, visando facilitar a execução das atividades de monitoramento nos IFs. Sua estrutura foi desenvolvida de forma colaborativa, com base em literatura especializada, boas práticas, e nos resultados da pesquisa teórico-empírica realizada em cinco IFs, representando todas as regiões do país. Esse desenvolvimento colaborativo assegura a relevância e a utilidade prática do framework em diversos contextos institucionais.

Entre as principais características do framework, destacam-se sua linguagem acessível e flexibilidade, permitindo a adaptação às diferentes realidades regionais dos IFs, considerando especificidades socioeconômicas e culturais de cada território. Essa versatilidade possibilita sua replicação em outras instituições da RFEPCT, bem como em diferentes contextos institucionais que executam políticas de assistência estudantil, ampliando significativamente sua aplicabilidade.

Embora tenha sido desenvolvido com foco nas políticas de assistência estudantil, o framework foi concebido de forma flexível, garantindo sua adaptabilidade a outras políticas públicas e instituições. Essa preocupação esteve presente desde sua concepção, resultando em uma estrutura neutra, que pode ser ajustada conforme as necessidades específicas de diferentes programas e contextos institucionais. A título de exemplo, entende-se que as perguntas que norteiam cada uma de suas 3 (três) dimensões são aplicáveis e, até obrigatórias, para a concepção de sistemas de monitoramento eficaz de quaisquer políticas públicas.

3.4.4 Impacto Potencial

Este PTT possui um potencial expressivo para agregar valor à assistência estudantil, ao focar em uma etapa estratégica do ciclo de políticas públicas, que é o monitoramento e avaliação. Seu impacto é evidenciado pela possibilidade de aprimorar a eficiência operacional, organizar e sistematizar processos, além de fornecer uma base sólida de evidências para embasar a tomada de decisões. O Produto também promove a transparência e a *accountability*, valores fundamentais para a gestão pública contemporânea.

A aplicação deste framework pode impulsionar a efetividade das ações de assistência estudantil nos IFs, refletida em um maior alinhamento com os objetivos e na ampliação do alcance dessas políticas para atender de forma mais eficaz às necessidades dos estudantes. O impacto gerado será mensurável por meio de indicadores que demonstrem avanços na permanência, desempenho acadêmico e conclusão dos cursos pelos beneficiários das políticas

de assistência estudantil, traduzindo-se em resultados concretos e transformadores para as instituições e para o público atendido.

3.5 Documentos Comprobatórios e Evidências

O PTT foi desenvolvido com base nos registros das entrevistas realizadas com as cinco instituições investigadas na pesquisa teórico-empírica. O roteiro das entrevistas foi cuidadosamente elaborado para subsidiar a construção do framework. Outras evidências, como portarias, relatórios, atas de reuniões, entre outros documentos, poderão ser obtidas durante a execução do plano de implantação proposto e, com a implementação da ferramenta.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação investigou o monitoramento das políticas de assistência estudantil em IFs, a partir do PNAES, buscando responder como essas políticas podem ser monitoradas de forma eficaz, a fim de fortalecer sua efetividade junto aos beneficiários e alcançar os objetivos esperados. A pesquisa, de abordagem qualitativa, combinou análise de conteúdo, pesquisa documental e a aplicação da triangulação por complementariedade. Esse método permitiu mapear os processos e resultados do PNAES nos IFs, compreender a situação atual do monitoramento das políticas de assistência estudantil, identificar mecanismos já existentes e sistematizar indicadores-chave para aplicação no monitoramento dessas políticas.

No que tange ao primeiro objetivo específico, que visava mapear os processos e resultados das políticas de assistência estudantil a partir do PNAES, os resultados evidenciaram a diversidade dos IFs na execução das ações, tanto nas estratégias de implementação quanto nos fluxos processuais, destacando a complexidade de se estabelecer um monitoramento em um ambiente de rede tão heterogêneo. Entre os principais desafios identificados, destacam-se o transporte escolar, devido à ausência de uma política específica para os IFs, e a alimentação escolar, que, por limitações orçamentárias e estruturais, ainda não é plenamente oferecida aos alunos. Ambas as questões estão diretamente relacionadas à permanência dos estudantes.

Por outro lado, constatou-se a preocupação das instituições com a formação integral dos alunos, reconhecendo a evasão escolar como um fenômeno multifatorial que exige ações intersetoriais voltadas à saúde, bem-estar e convivência estudantil. Em relação ao segundo objetivo específico, que buscava identificar mecanismos de monitoramento das políticas de assistência estudantil, foi evidenciada a ausência de um sistema estruturado nas instituições, conforme já apontado por pesquisas anteriores e órgãos de controle, mesmo diante da reconhecida importância dessas políticas para a permanência e o sucesso dos estudantes.

O acompanhamento das ações mostrou-se bastante incipiente, muitas vezes limitado ao atendimento de demandas de órgãos fiscalizadores, sem o foco necessário na avaliação dos impactos das políticas executadas. Os principais fatores que contribuem para essa carência incluem a falta de pessoal capacitado, a desconexão entre sistemas de gestão e a ausência de critérios claros para a definição de indicadores-chave.

Apesar dessas limitações, os PDIs das cinco instituições analisadas já apresentam indicadores relacionados à assistência estudantil, permanência e êxito dos estudantes, sugerindo potencial para avanços. Com base nisso, e em atendimento ao terceiro objetivo específico da

pesquisa, foram sistematizados cinco indicadores-chave diretamente conectados ao mapeamento da trajetória acadêmica. Esses indicadores, alinhados aos objetivos do PNAES, são: índice de eficiência acadêmica, índice de desempenho acadêmico, taxa de conclusão ciclo, taxa de retenção ciclo e taxa de evasão ciclo dos beneficiários das políticas de assistência estudantil.

Dos cinco indicadores, quatro já estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (Apêndice B), com exceção do índice de desempenho acadêmico. No entanto, nenhum deles conta com a segregação de informações dos beneficiários da assistência estudantil e das ações afirmativas, elemento indispensável para a estruturação de um sistema de monitoramento eficaz. Entre as boas práticas identificadas, relacionadas ao monitoramento, destacam-se ferramentas estratégicas que auxiliam na tomada de decisões, como o Observatório da Assistência Estudantil, o Painel de Orçamento, o Anuário Estatístico e o IFCE em Números. Essas plataformas fornecem informações essenciais para a gestão e o planejamento das ações.

No que concerne a boas práticas de operacionalização das políticas, destaca-se o acesso do IFRS ao sistema CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social, permitindo a identificação, por meio do CPF, dos alunos beneficiários do Bolsa Família, eliminando a necessidade de apresentação de nova documentação na etapa de seleção dos beneficiários. Outra prática relevante é a adoção de editais de seleção em fluxo contínuo pelo IF Sul de Minas Gerais, a partir de 2025, permitindo que os estudantes façam solicitações a qualquer momento, dentro do orçamento disponível. Essas iniciativas agregam agilidade e maior transparência à execução da assistência estudantil.

Como sugestões para aprimorar a assistência estudantil em Institutos Federais, foram indicadas a criação de uma estrutura específica na Setec/MEC, voltada exclusivamente às políticas de assistência estudantil, e a formulação de diretrizes gerais para o monitoramento dessas ações, que combinem padrões mínimos com flexibilidade para atender às especificidades locais de cada instituição. Além disso, propôs-se o desenvolvimento de um sistema unificado para gestão da assistência estudantil e ampliação orçamentária e de pessoal nas instituições.

O quarto e último objetivo específico da dissertação, foi a proposição de um framework para o monitoramento das políticas de assistência estudantil em Institutos Federais, desenvolvido como um produto técnico-tecnológico fundamentado na pesquisa teórico-empírica. A estrutura é conceitualmente flexível e adaptável às peculiaridades de cada instituição, sendo multidimensional e sólida. O framework abrange etapas essenciais, a saber: planejamento, definição de indicadores-chave, elaboração de painéis, identificação de fontes de

informação para acompanhamento regular e estratégias de análise e disseminação de dados. Propõe-se sua institucionalização pela Setec/MEC como diretriz para que os IFs realizem o monitoramento da assistência estudantil de forma eficaz e estruturada.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a análise de apenas cinco Institutos Federais, que, embora representem as cinco regiões do Brasil, pode não captar integralmente a diversidade institucional. Além disso, não foi possível incluir a perspectiva dos beneficiários sobre o monitoramento das ações de assistência estudantil, nem testar e validar o framework proposto. Futuras pesquisas podem ampliar a amostra para outros Institutos, incorporar as percepções de diferentes atores envolvidos no monitoramento e aprofundar análises comparativas entre instituições, explorando correlações entre indicadores-chave e resultados educacionais para identificar novos desdobramentos, inclusive em relação à pesquisa de egressos beneficiários das políticas de assistência estudantil.

Outra linha para pesquisas futuras é a análise comparativa entre as diferentes regiões do país, um critério de amostragem adotado neste estudo, mas que não foi seu foco central. Explorar essas diferenças pode fornecer insights sobre desafios e boas práticas regionais, possibilitando a replicação de experiências bem-sucedidas e o aprimoramento das estratégias da Setec/MEC, ajustando as ações de acordo com as particularidades de cada contexto. Essa abordagem contribuiria para um direcionamento mais eficaz das políticas de assistência estudantil, promovendo maior equidade entre os IFs.

Em síntese, este estudo ampliou a compreensão sobre o monitoramento das políticas de assistência estudantil nos Institutos Federais, reduzindo lacunas teóricas e práticas nesse campo e trazendo contribuições relevantes ao debate acadêmico e institucional. Ao apresentar uma estrutura conceitual factível para a criação de um sistema de monitoramento nacional e eficaz, reforçou-se a importância de uma gestão baseada em evidências, capaz de embasar avaliações e decisões estratégicas. A pesquisa destacou que a ausência de sistemas estruturados compromete a efetividade das políticas, dificultando ajustes e melhorias necessárias e limitando seu papel de transformar realidades e impactar positivamente a trajetória acadêmica de milhares de jovens no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Agenda Política*, 3(2), 12–42.
<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>
- Araújo, L., & Rodrigues, M. de L. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, problemas e práticas*, 83, 11-35. <http://journals.openedition.org/spp/2662>
- Araújo, S. A. de L., Andriola, W. B., Cavalcante, S. M. de A., & Chagas, D. M. M.. (2019). Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 24(3), 722–743. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>
- Arretche, M. (2013). Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio. *Revista Crítica de Sociologia e Política. Rio de Janeiro, ano, 1*.
<https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64>
- Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. Almedina.
- Bechelaine, C. H. de O., & Ckagnazaroff, I. B. (2014). As Avaliações Vão Para a Gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas. *Contabilidade Gestão e Governança*, 17(2).
<https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/642>
- Bernstein, D. J. (1999). Comments on Perrin’s “Effective use and misuse of performance measurement”. *American Journal of Evaluation*, 20(1), 85-93.
- Boanafina, A. T., & Otranto, C. R. (2022). Institutos Federais: Entre o CEFET e a Universidade Federal. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 38(1), e112958. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932022000100115&script=sci_arttext
- Boullosa, R. F., & Araújo, E. T. (2009). *Avaliação e monitoramento de projetos sociais*. IESDE.
- Brasil. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

- Brasil. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. (2007). Ministério da Educação. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf
- Brito, L. da S., & Barbosa, A. (2017). Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. *Revista on Line De Política E Gestão Educacional*, 125–145. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9989>
- Brito, A. C. T. D. C. (2018). Institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFGD.
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/979>
- Brito, A. C. T. da C., Costa, A. K. T. da, & Almeida, V. L. de. (2019). Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do programa bolsa permanência em universidades federais brasileiras. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 14(esp.3), 1862–1875. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.13036>
- Carter, N., Day, P., & Klein, R. (1993). *How organisations measure success: The use of performance indicators in government*. Routledge.
- Carvalho, E. R. & Dias, M. S. de L. (2021). A assistência estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo. *Cadernos Cajuína*, 6(3), 21-35.
<https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.490>
- Ceneviva, R., & Farah, M. F. S. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, 46, 993-1016.
<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400005>
- Cespedes, J. G., Minhoto, M. A. P., Oliveira, S. C. P. de., & Rosa, A. da S. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 29(113), 1067–1091.
<https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>
- Colen, F. R. C., Brandão, C. da F., Silva, I. P. C. da, & Jardim, L. C. J. G. (2024). Uma perspectiva histórica da assistência estudantil nos Institutos Federais: IFRO - Campus Porto Velho Zona Norte. *Caderno Pedagógico*, 21(6), e5026.
<https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-179>

- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3. ed.). Penso Editora.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
- Crumpton, C. D., Medeiros, J. J., Ferreira, V. da R. S., Sousa, M. de M., & Najberg, E. (2016). Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. *Revista de Administração Pública*, 50, 981-1001. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156363>
- Cruz, S. C. N., Teixeira, G. da S., Freitas, T. A. de, & Barbosa, M. N. (2023). Impacto dos programas institucionais sobre desempenho acadêmico na FURG. *Estudos em Avaliação Educacional*, 34. <https://doi.org/10.18222/ea.v34.8747>
- Damasceno, K. M. (2023). Programa de assistência estudantil e sua contribuição para programa de ação afirmativa. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 1(23), e12430-e12430. <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.12430>
- Daros, M. A. (2019). #falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22881>
- Daros, M. A. (2023). Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. *Serviço Social & Sociedade*, 146(3), e-6628346. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.346>
- Dutra, N. G. dos R., & Santos, M. de F. de S. (2017). Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25, 148-181. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>
- Eloi, S. de S. S. (2018). Sistema de monitoramento e avaliação do programa nacional de assistência estudantil–PNAES: um modelo a partir da teoria do programa.[Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFV. <https://locus.ufv.br/items/817ba27d-11cc-4931-a7b8-d2a355e949d9>
- Erwin, C., Binder, M., Miller, C., & Krause, K. (2021). Performance-Based Aid, Enhanced Advising, and the Income Gap in College Graduation: Evidence From a Randomized Controlled Trial. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 43(1), 134-153. <https://doi.org/10.3102/0162373720979180>

- Fava, H. de L., Hall, R. J., & Cintra, R. F. (2022). Indicadores na Assistência Estudantil: O que a Literatura ‘Diz’?. *Jornal de Políticas Educacionais*, 16(1).
<https://doi.org/10.5380/jpe.v16i1.83591>
- Feller, I. (2002). Performance Measurement Redux. *American Journal of Evaluation*, 23(4), 435–452.
- Figueiredo, N. G. da S., & Salles, D. M. R. (2017). Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 25(95), 356–392. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397>
- Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). Artmed.
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Frederickson, D. G., & Frederickson, H. G. (2007). *Measuring the Performance of the Hollow State*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Gomes, A. M. de O., & Passos, G. de O. (2018). A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos institutos federais. *Revista de Políticas Públicas*, 22(1), 416-442.
<https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843021/321158843021.pdf>
- Gray, D.E. (2012). *Pesquisa no mundo real* (2.ed.). Penso Editora.
- Hatry, H. P. (2006). *Performance Measurement: Getting Results* (2nd ed.). Washington, DC: Urban Institute Press.
- Henry, G. T. (2001). How modern democracies are shaping evaluation and the emerging challenges for evaluation. *The American Journal of Evaluation*, 22(3), 419-429.
- Imperatori, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, 285-303. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua : Educação 2023, 15. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílio. IBGE.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf
- Instituto Federal do Ceará. (2015). Resolução nº 24, de 22 de junho de 2015. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFCE.
- Instituto Federal do Ceará. (2023). Resolução nº 24, de 1º de março de 2023. Aprova o Regulamento de Auxílios Estudantis no âmbito do IFCE.
https://ifce.edu.br/baturite/PDFs/RESOLUCAO_24.2023_RAE_ATUALIZADO.pdf

- Instituto Federal do Ceará. (2023). Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028. https://pdi.ifce.edu.br/pdf/pdi_ifce_2024_2028.pdf
- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. (2018). Resolução nº 001, de 29 de janeiro de 2018. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFMS. <https://ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-no-001-de-28-de-janeiro-de-2018>
- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. (2018). Resolução nº 002, de 29 de janeiro de 2018. Aprova o Programa de Assistência Estudantil do IFMS. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-no-002-de-28-de-janeiro-de-2018>
- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. (2023). Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028. <https://ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/plano-de-desenvolvimento-institucional-2024-2028.pdf>
- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. (2023). Manual de Referência de indicadores de Desempenho do IFMS PDI 2024 – 2028. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/manuais-guias-catalogos/manual-de-indicadores-pdi-2024-2028.pdf>
- Instituto Federal do Pará. (2016). Resolução nº 147, de 8 de setembro de 2016. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no IFPA. <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2016-3/1469-resolucao-n-147-2016/file>
- Instituto Federal do Pará. (2019). Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023. <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/pdi-2019-2022/4759-pdi-2019-2023/file>
- Instituto Federal do Pará. (2020). Resolução nº 08, de 8 de janeiro de 2020. Regulamenta a Concessão de Auxílios da Assistência Estudantil no IFPA. <https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/2021/novembro-2/899-resolucao-consup-ifpa-08-2020/file>
- Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (2013). Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFRS. https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_86_13.pdf
- Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (2018). Instrução Normativa Proen n. 10, de 09 de novembro de 2018. Institui e normatiza a divisão equitativa dos recursos orçamentários da Assistência Estudantil, de acordo com a classificação dos grupos de vulnerabilidade dos estudantes do IFRS. <https://ifrs.edu.br/wp->

[content/uploads/2018/11/IN-10-2018-Divis%C3%A3o-equitativa-dos-recursos-or%C3%A7ament%C3%A1rios-da-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf](#)

Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (2020). Instrução Normativa Proen n. 01, de 03 de fevereiro de 2020. Define diretrizes para as avaliações socioeconômicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (2023). Instrução Normativa Proen n. 04, de 18 de outubro de 2023. Normatiza as Diretrizes de Apoio à/ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial no âmbito financeiro em conformidade com a Política de Assistência Estudantil do IFRS.

Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (2023). Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028. <https://drive.google.com/file/d/1Sd1P-EAIRCZISZ4huOZoFEKEvrJkNrqz/view>

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. (2020). Resolução nº 38, de 30 de setembro de 2020. Dispõe sobre a aprovação Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/038.2020.pdf

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. (2022). Resolução nº 210, de 18 de maio de 2022. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS.

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/210.2022_com_anexo.pdf

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. (2023). Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028.

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDI/pdfs/Plano_Desenvolvimento_Institucional_Versao_final_3_VALENDO_ESTES.pdf

Jackson, P. M. (2011). Governance by numbers: what have we learned over the past 30 years?. *Public Money & Management*, 31(1), 13-26.

Jannuzzi, P. de M., Silva, M. R. F. M., de Faria Sousa, M. A., & Resende, L. M. (2009).

Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil. *Reflexões para Ibero-América*, 101-138. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/693>

Jannuzzi, P. de M. (2013). Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na

- gestão. *Revista Brasileira de Avaliação*, 5, 4-27.
<http://dx.doi.org/10.4322/rbma201305002>
- Jannuzzi, P. de M. (2014). Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. *Est. Aval. Educ*, 58 (25), 22-42.
<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v25n58/v25n58a03.pdf>
- Januzzi, P. de M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Editora Alínea.
- Jannuzzi, P. de M. (2022). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 73(b), 96-123.
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8724>
- Joppert, M. P. & Silva, R. R. (2012). Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais. CNM/Pnud.
[https://cnm.org.br/storage/biblioteca/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20\(2012\).pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20(2012).pdf)
- Julião, C. R. F., Pereira, L. I., & Ferreira, M. A. M. (2022). O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 203-225.
[10.5007/1983-4535.2022.e84021](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021)
- Koerich, M. S., Backes, D. S., de Sousa, F. G. M., Erdmann, A. L., & Albuquerque, G. L. (2009). Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(3). <https://doi.org/10.5216/ree.v11.47234>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos da metodologia científica. (5a ed.). Atlas.
- Lasswell, H. D. (1956). *The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis*. University of Maryland Press.
- Lei n. 11.892, de 28 de dezembro de 2008. (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

- Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024. (2024). Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm
- Lei n. 14.802, de 10 de janeiro de 2024. (2024). Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14802.htm
- Lehtonen, M. (2015). Indicators: tools for informing, monitoring or controlling?. In *The tools of policy formulation* (pp. 76-99). Edward Elgar Publishing.
- Lima, W. A. S., & Mendes, V. L. P. S. (2020). Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25, 199-218. <https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011>
- Lima, W.A.S. (2023). Elementos avaliativos de políticas públicas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais brasileiros [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Biblioteca de Dissertações e Teses da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36798>
- Macedo, G. D., & Soares, S. de P. L. (2020). Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 25(2), 439–457. <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200011>
- Macedo, P. C. S. (2017). Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira Da Educação Profissional E Tecnológica*, 2(13), 94–106. <https://doi.org/10.15628/rbept.2017.5821>
- Machado, G. C., de Oliveira, C. A., & de Freitas, T. A. (2021). Avaliação do Impacto dos Benefícios de Assistência Estudantil sobre o Desempenho Acadêmico: O Caso da Universidade Federal do Rio Grande. *Planejamento E Políticas Públicas*, (55). <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1091>
- Maia, T. P., & Assis, M. A. de. (2020). Utilização do monitoramento da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 545–560. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190058>
- McDavid, J. C., Huse, I., & Hawthorn, L. R. (2018). *Program evaluation and performance measurement: An introduction to practice*. Sage Publications.

- McLaughlin, J. A., & Jordan, G. B. (2015). Using logic models. *Handbook of practical program evaluation*, 62-87.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2016). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (4th ed.). Jossey-Bass.
- Ministério das Cidades. (2022). *Monitoramento em Foco: A Importância do Monitoramento das Políticas Públicas e de conhecer o fenômeno a ser monitorado*.
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_227.pdf
- Ministério da Educação. (2020). *Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/referencia-metodologica>
- Ministério da Educação. (2022). Portaria n. 299, de 6 de maio de 2022. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-299-de-6-de-maio-de-2022-399680297>
- Ministério da Educação. (2024). Plataforma Nilo Peçanha. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão & Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (s.d.). *Curso de Capacitação EAD em Planejamento Estratégico Municipal e Desenvolvimento Territorial – Módulo 3 : Monitoramento e Avaliação*.
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/653/1/CEGOV%20-%202014%20-%20PPA%20M3%20Caderno%20de%20estudos%20%5BOUT%2024%5D.pdf>
- Muller, P. (2010), *Les Politiques Publiques* (8. ed.). Presses Universitaires de France.
- Nascimento, M. M., Cavalcanti, C., & Ostermann, F. (2020). Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 101(257), 120–145.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>
- Newcomer, K., & Brass, C. T. (2016). Forging a strategic and comprehensive approach to evaluation within public and nonprofit organizations: Integrating measurement and analytics within evaluation. *American Journal of Evaluation*, 37(1), 80-99.
<https://doi.org/10.1177/1098214014567144>
- Nierotka, R. L., & Bonamino, A. M. C. de. (2023). Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 104, e5224.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5224>

- Patton, M.Q. (2002) *Qualitative Evaluation and Research Methods* (3. Ed.). SAGE.
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Research and Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice*. (4. ed.). Sage Publications.
- Pereira, T. C. B., & Passos, G. de O. (2017). Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. *Cadernos De Educação*, (57).
<https://doi.org/10.15210/caduc.v0i57.12823>
- Perrin, Bert. (1998). Effective Use and Misuse of Performance Measurement. *American Journal of Evaluation*, 19(3), 367–379.
- Peters, B. G. (2021). *Advanced introduction to public policy*. Edward Elgar.
- Pinto, G. (2015). A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111921_2015_completo.pdf
- Poister, T. H. (2015). Performance measurement. *Handbook of practical program evaluation*, 108-136.
- Prada, T., & Surdine, M. C. da C. (2018). A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *SER Social*, 20(43), 268–289.
https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18860
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de administração pública*, 46, 1271-1294. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>
- Rampazzo, Lino. (2005). *Metodologia científica*. Edições Loyola.
- Rossi, P. H., Lipsey, M.W., & Henry, G.T. (2004). *Evaluation: a systematic approach*. Sage.
- Rua, M. G. (2012) *Políticas públicas* (2a. ed.). Departamento de Ciências da Administração/UFSC.
- Sampieri, H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2013) *Metodologia de Pesquisa* (5a ed.). Penso.
- Santos, G. K. dos, & Raupp, F. M. (2015). Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. *Revista de Administração Pública*, 49(6), 1429–1451. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140673>

- Scher, A. J., & Oliveira, E. M. (2020). Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Realeza/PR. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25, 5-26. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>
- Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (2a ed.). Cengage Learning.
- Secchi, L. (2016). *Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas e recomendação de solução*. Cengage Learning.
- Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Governo do Estado do Maranhão. (2020). *Metodologia de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Maranhão*. https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/Metodologia-de-Monitoramento-e-Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-1%C2%AA-Vers%C3%A3o.pdf?_gl=1*1jfpvm*_ga*NTI4NTQ4ODkwLjE3MzcxNjk4NzY.*_ga_43WSLQF7SQ*MTczNzE2OTg3Ni4xLjAuMTczNzE2OTg3Ni42MC4wLjA
- Silva, L. S. da. (2022). Proposta de Metodologia para a Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil das Universidades Federais a partir do PNAES. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240881>
- Silva, M. D. G. M., & Nogueira, P. S. (2016). A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. *Revista da Faculdade de Educação*, 25(1), 111-129. <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3944>
- Silva, P. T. de F. e, & Sampaio, L. M. B. (2022). Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. *Revista De Administração Pública*, 56(5), 603–631. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>
- Silvente, V. B., Gazo, M. P. F., & Fanals, E. P. (2018). Predictive model of university persistence: students with “salary scholarship”. *Education XXI*, 21(1), 209-230. https://www.researchgate.net/publication/323080775_Predictive_model_of_university_persistence_students_with_salary_scholarship
- Soares, P. da S., & Amaral, C. A. (2022). A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. *Educação E Pesquisa*, 48, e238181. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>

- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 20-45.
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Souza, J. D. A. de. (2017). Na travessia: assistência estudantil da educação Profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienneAlmeidadeSouza.pdf
- Souza, R. C. de, & Costa, M. A. T. S. (2020). Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28, 362-385. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803>
- Taufick, A. C. de O. L. (2014). Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30(1).
<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>
- Thiollent, M. (2018). *Metodologia de Pesquisa-ação*. Cortez editora.
- Thoenig, J. C. (2000). A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. *Revista do Serviço Público*, 51(2), 54-71.
- Tribunal de Contas da União. (2022). Lista de Alto Risco na Administração Pública Federal.
<https://portal.tcu.gov.br/data/files/EB/80/8D/97/2B293910FDB48339E18818A8/Lista%20de%20Alto%20Risco%20da%20Administracao%20Publica%20Federal%202022%20-%20Infograficos.pdf>
- Tribunal de Contas da União. (2024). Relatório de auditoria operacional que avaliou o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pelas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no período de 2017 a 2022. <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2641961>
- Turnhout, E.M. (2009). The effectiveness of boundary objects: the case of ecological indicators. *Science and public policy*, 36(5), 403-412.
- Vaitsman, J. (2009). Monitoramento e avaliação de programas sociais: principais desafios. In Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome ; UNESCO (Eds.), *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil (pp.157-169)*.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183075>

- Vieira, B. A., Nogueira, L. C. B., & Santos, W. P. (2017). Os Determinantes do Índice de Desempenho Acadêmico dos Estudantes do Semiárido Potiguar. *HOLOS, 1*, 397–414. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4388>
- Vieira Abrahão, M. H. (2006). Metodologia na investigação de crenças. In: Barcelos, A. M. F. e Vieira Abrahão, M. H. (Orgs.). *Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores* (pp. 219-231). Pontes.
- Villanueva, L. F. A. (2006). Estudo introdutório. In: Saravia, E., Ferrarezi, E. (Orgs.). *Políticas públicas: coletânea* (pp. 43-65). Enap.
- Wenger, E. (1998). Communities of practice: Learning, meaning and identity. *Journal of Mathematics Teacher Education* 6(2):185-194.
- Worthen, B. R., Sanders, J. R., & Fitzpatrick, J. (2004). *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Editora Gente.
- Yin, R.K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASPECTOS INICIAIS
Apresentação da pesquisadora: Jéssica Cristina Pereira Santos. Mestranda em Administração Pública pela Universidade de Brasília. Orientação: Prof. Dr. Arnaldo Mauerberg Júnior
Finalidade da pesquisa: Propor um framework para auxiliar no monitoramento da política de assistência estudantil em Institutos Federais, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Ética da pesquisa: Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Solicitação para gravar em forma de áudio, garantindo o anonimato ao participante.

Perguntas
BLOCO I - Contextualização e Estrutura
1. Como você define a finalidade e a importância das ações de assistência estudantil a partir do PNAES na sua instituição?
2. Quais são os principais recursos (orçamentários e não-orçamentários) envolvidos na execução das ações de assistência estudantil?
2.1 Qual a principal demanda da instituição nesse aspecto? (LOA, captação externa, pessoal, capacitação)
BLOCO II – Áreas de aplicação e Operacionalização
3. Como é a operacionalização da política de assistência estudantil na sua instituição, a partir do PNAES? Descreva as principais etapas e atividades envolvidas. (estrutura multicampi)
3.1. Qual(is) etapa(s)/atividade(s) você considera mais crítica(s) e que necessita(m) de melhorias?
4. A instituição executa ações em todas as 10 áreas previstas no Decreto 7.234/2010?
4.1 Quais são as 3 áreas com maior execução?
4.2 Quais são as principais ações implementadas nessas áreas?
4.3 Além dos auxílios estudantis, a instituição desenvolve outras ações para atendimento ao aluno? Quais?
5. Como é definida a alocação do orçamento em cada área de atuação? (estudo prévio)
5.1 Há participação dos alunos nesse processo? De que formas se dá essa participação?
BLOCO III – Divulgação e Seleção
6. Como as ações são divulgadas para o público-alvo?
6.1 A Reitoria participa desse processo?
6.2 Você considera que as ações de divulgação são suficientes? Por quê?
6.3 Quais outras ações você acredita que poderiam ser implementadas nesse sentido?
7. De forma geral, como é feita a seleção dos beneficiários? (Edital)
7.1 Quais setores participam desse processo?
7.2 De que forma se dá a participação deles (qual o papel de cada um)?
7.3 A instituição estabelece critérios de contrapartida para a manutenção do benefício? Se sim, quais?
BLOCO IV – Monitoramento e Avaliação
8. Como a instituição realiza o monitoramento das ações de assistência estudantil, a partir do PNAES?
8.1 Quais instrumentos são utilizados?

8.2 Quais variáveis são acompanhadas?
8.3 A instituição possui indicadores e metas específicas para o acompanhamento do PNAES? Se sim, quais?
8.4 O desempenho dos beneficiários é monitorado? De que forma?
8.5 Há registro e análise das taxas de retenção e evasão dos beneficiários? Em que momento se dá o registro? Em que momento se dá a análise? Como essas informações são utilizadas para a tomada de decisão? Em que situações?
8.6 Existem mecanismos para conhecer a opinião dos alunos sobre os benefícios recebidos?
9. Há normas específicas para regulamentar o acompanhamento e a avaliação do Programa?
10. Qual a maior dificuldade para realizar o monitoramento na sua instituição?
11. A instituição realiza avaliação dos resultados do programa? De que forma?
BLOCO V – Resultados
12. Você acredita que atualmente, os objetivos do PNAES estão sendo alcançados na sua instituição?
12.1 Quais documentos podem demonstrar isso?
12.2 Quais os principais resultados (imediatos e de curto prazo) alcançados até hoje com as ações de assistência estudantil?
12.3 E quais os impactos (amplos e de longo prazo)?
13. Em média, quantos % da demanda é atendida anualmente?
13.1 Qual a área mais atendida e qual a que possui maior demanda reprimida?
13.2 A que fatores você atribui essa situação (orçamento, capacidade de atendimento, pessoal etc.)?
14. Quais fatores internos e externos afetam o desempenho da assistência estudantil, a partir do PNAES, na sua instituição? (demanda local)
BLOCO VI – Sugestões de melhoria
15. Você acredita que seria importante a Setec/MEC estabelecer diretrizes para o monitoramento do PNAES na Rede Federal?
15.1 Você já recebeu alguma orientação nesse sentido?
16. Quais variáveis e/ou indicadores você considera indispensáveis para o monitoramento do PNAES, com foco na efetividade da política para os beneficiários?
17. Quais suas sugestões para o aprimoramento da assistência estudantil na Rede Federal de EPCT?

APÊNDICE B – FICHAS DOS INDICADORES SISTEMATIZADOS

Conclusão Ciclo – CCiclo [%]	
Este indicador mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto maior Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$CCiclo [\%] = \frac{CCiclo}{MCiclo} \times 100$	
C_{Ciclo} – Concluintes no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência, fazendo jus à certificação), e a Quantidade de alunos “integralizados em fase escolar” (alunos que concluíram a Carga Horária da unidades curriculares e ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e ENADE), considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Evasão Ciclo – EvCiclo [%]	
Este indicador mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto menor Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$EvCiclo [\%] = \frac{EvCiclo}{MCiclo} \times 100$	
Ev_{Ciclo} – Evadidos no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Retenção Ciclo – R_{Ciclo} [%]	
Este indicador mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.	
Polaridade: Quanto menor Melhor.	
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.
Modelo Matemático:	
$EvCiclo [\%] = \frac{EvCiclo}{MCiclo} \times 100$	
Ev_{Ciclo} – Evadidos no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.	M_{Ciclo} - Matrículas no Ciclo Fonte: PNP (SISTEC / Revalide) Definição: Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.

Índice de Eficiência Acadêmica – I_{EA} [%]		
Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.		
Meta: Não há meta prevista em nenhum instrumento normativo.		
Polaridade: Quanto maior Melhor.		
Agregação Máxima: Rede Federal.	Agregação Mínima: Curso.	
Modelo Matemático:		
$IEA [\%] = CCiclo + \left[\left(\frac{CCiclo}{CCiclo + EvCiclo} \right) \times RCiclo \right] \times 100$		
CC_{Ciclo} [%] - Conclusão Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.	Ev_{Ciclo} [%] Evasão Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.	R_{Ciclo} [%] Retenção Ciclo Fonte: PNP Definição: percentual de matriculados que são classificados como RETIDOS por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no anterior ao Ano de referência.

Fonte: Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha (2020).